



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 11ª REGIÃO MILITAR
(Cmdo Mil Bsb/1960)
REGIÃO TENENTE-CORONEL LUIZ CRULS**

AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA A SELEÇÃO AO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO

Nº 06– SSMR/11, DE 08 JULHO 2024

(SELEÇÃO DE SARGENTOS TÉCNICOS TEMPORÁRIOS – 2024/2025)

O Comandante da 11ª Região Militar (11ª RM), no uso de suas atribuições e considerando o que consta nos autos 64274.017588/2024-89, divulga e estabelece normas específicas para a abertura das inscrições e a realização do processo seletivo, a fim de convocar profissionais de nível médio e técnico, para o exercício de atividades técnico- especializadas no âmbito do Exército Brasileiro. Os(As) convocados(as) serão incorporados(as) na condição de Terceiro-Sargento, nível médio, para o(a) candidato(a) ao Estágio Básico de Sargento Temporário – EBST, nos termos da legislação a seguir, bem como das disposições contidas neste Aviso:

- Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988;
- Lei nº 2.552, de 3 de agosto de 1955 – Fixa a Composição da Reserva do Exército;
- Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 – Lei do Serviço Militar, retificada pela Lei nº 4.754, de 18 de agosto de 1965;
- Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 – Estatuto dos Militares;
- Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego nas Forças Armadas;
- Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, que altera a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares; a Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, que dispõe sobre as pensões militares; a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 – Lei do Serviço Militar; a Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972, que dispõe sobre as promoções dos oficiais da ativa das Forças Armadas; e a Lei nº 12.705, de 8 de agosto de 2012, que dispõe sobre os

requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército; e dá outras providências;

- Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 – Código Penal Militar;
- Decreto nº 57.654, de 20 de junho de 1966 – Regulamento da Lei do Serviço Militar, alterado pelo Decreto nº 58.759, de 28 de junho de 1966; Decreto nº 76.324, de 22 de setembro de 1975, Decreto nº 93.670, de 9 de dezembro de 1986, Decreto nº 627, de 7 de agosto de 1992 e Decreto nº 1.294, de 26 de outubro de 1994;

- Decreto nº 703, de 22 de dezembro de 1992, que altera as Instruções Gerais para a Inspeção de Saúde de Conscritos nas Forças Armadas (IGISC), aprovadas pelo Decreto nº 60.822, de 7 de junho de 1967, e alteradas pelo Decreto nº 63.078, de 5 de agosto de 1968;

- Portaria – COTER/C Ex nº 117, de 28 de outubro de 2021 – Manual de campanha EB70-MC-10.375 Treinamento Físico Militar, 5ª edição, 2021;

- Portaria nº 462 – Gab Cmt Ex, de 21 de agosto de 2003 – Instruções Gerais para a Convocação, os Estágios, as Prorrogações de Tempo de Serviço, as Promoções e o Licenciamento dos Integrantes da Reserva de 2ª Classe – IG 10-68;

- Portaria nº 171 – DGP, de 8 de julho de 2009 – Áreas e Habilitações Técnicas de Interesse do Exército destinadas a Oficiais e Sargentos do Serviço Técnico Temporário – SvTT;

- Portaria nº 247 – DGP, de 9 de outubro de 2009 – Normas Técnicas sobre Perícias Médicas no Exército;

- Portaria nº 081 – DGP, de 30 de janeiro de 2012 – Diretriz Complementar para o Serviço Militar Temporário em Tempo de Paz;

- Portaria nº 407-DGP, de 25 de julho de 2022 – Normas Técnicas para Inscrição, Seleção, Convocação, Distribuição e Prestação do Serviço Militar Temporário (EB30-N-30.009);

- Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação (MEC) (<http://catalogonct.mec.gov.br/>);

- Subseção XLIV, Seção III, e Anexo XI das IRPMASEx, aprovadas pela Portaria- DGP/C Ex Nº 461, de 20 de setembro de 2023; e

- Resolução CNE/CES nº 01, de 6 de abril de 2018, que Estabelece Normas para o funcionamento de Cursos de Pós-Graduação **Lato Sensu**, em nível de Especialização.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A inscrição implicará aceitação irrestrita das normas publicadas e das condições estabelecidas neste Aviso de Convocação.

1.2 O(A) candidato(a) deverá ler atentamente as orientações contidas neste Aviso de Convocação, a fim de verificar se atende à totalidade das condições e dos requisitos para eventual investidura no cargo, sendo de sua exclusiva responsabilidade a observância dos prazos, o correto preenchimento e a entrega da documentação solicitada. Caso contrário, o(a) candidato(a) será eliminado(a) do processo seletivo.

1.3 Ter no máximo 40 (quarenta) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias na data da incorporação.

1.3.1 A idade-limite prevista no item anterior deverá ser respeitada por força do previsto na Lei nº 13.954/19, mesmo em caso de convocação à incorporação extemporânea, para enfrentamento de situações de emergência ou para contratação de Cadastro Reserva.

1.4 Na data da incorporação, o(a) candidato(a) não poderá ter 96 (noventa e seis) meses ou mais de efetivo serviço militar prestado às Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica), contabilizados em qualquer espécie de Serviço Militar nas Forças Armadas, seja contínuo ou não (inicial, estágio, dilação, prorrogação e outros), respeitada a idade-limite de 45 (quarenta e cinco) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias.

1.5 O diploma que confere o título de técnico de nível médio (obrigatoriamente acompanhado do respectivo histórico escolar e do certificado de conclusão do ensino médio) que possibilitou a participação do(a) candidato(a) no processo não receberá a pontuação no critério de habilitação mínima exigida. Para fins de pontuação, o(a) candidato(a) deverá recadastrar o diploma de nível técnico no campo destinado aos títulos.

1.6 Caso o(a) candidato(a) tenha apresentado o diploma de ensino superior em substituição ao diploma de nível técnico (obrigatoriamente acompanhado do diploma de nível médio), também não receberá a pontuação no critério de habilitação mínima exigida. Para fins de pontuação, o(a) candidato(a) deverá recadastrar o diploma de nível superior no campo destinado aos títulos.

2. REQUISITOS GERAIS PARA INCORPORAÇÃO NO EXÉRCITO BRASILEIRO

2.1 Ser voluntário(a).

2.2 Ser brasileiro(a) nato(a) ou naturalizado(a).

2.3 Ter no máximo 40 (quarenta) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias na data da incorporação.

2.4 A idade-limite prevista no item anterior deverá ser respeitada por força do previsto na Lei nº 13.954/19, mesmo em caso de convocação à incorporação extemporânea, para enfrentamento de situações de emergência ou para contratação de Cadastro Reserva.

2.5 Ter concluído, com aproveitamento (colado grau), **até a data da incorporação** prevista no Anexo A, o Curso Técnico de Nível Médio, com diploma com validade nacional, expedido e registrado por instituição de ensino autorizada e cadastrada no respectivo sistema de ensino (federal, estadual/distrital ou municipal), de acordo com as normas do Ministério da Educação (MEC), conforme as exigências das áreas previstas no Anexo N, sob pena de eliminação do candidato no certame.

2.5.1 O diploma referente a Curso Técnico de Nível Médio, com matrícula inicial nesse curso, a partir de 2 de janeiro de 2009, deverá estar cadastrado no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), a fim de garantir sua validade nacional, conforme normas do Ministério da Educação (MEC), sob pena de eliminação do(a) candidato(a) no certame.

2.5.2 Quando exigido no Anexo N, faz-se obrigatório possuir cumulativamente o curso técnico e a habilitação complementar adicional, conforme estipulado no item 2.5.

2.5.3 Caso o(a) candidato(a) possua graduação de nível superior, referente ao curso técnico para o qual pretenda se inscrever, ficará isento(a) da obrigatoriedade de apresentar o Diploma de nível técnico (caso não haja impedimento do respectivo conselho de classe). Os cursos e as instituições de ensino superior devem ser reconhecidos oficialmente pelo Ministério da Educação (MEC) e estar devidamente registrados na forma da legislação federal que regula a matéria.

2.5.3.1 O curso superior apresentado em substituição deverá ter relação direta com o curso técnico para o qual o(a) candidato(a) concorre ou pretende concorrer, devendo obrigatoriamente apresentar a grade curricular, o histórico e ter concluído, com aproveitamento (colado grau), **até a data da incorporação**, previsto no Anexo A.

2.5.3.2 Não terá validade o Diploma de Curso Superior se for apresentado sem a respectiva grade curricular (histórico).

2.6 Os cursos e as instituições de ensino responsáveis pelo Ensino Médio, Curso Técnico, Graduação e Pós-graduação *Stricto Sensu*, (Mestrado e Doutorado), bem como os respectivos históricos dos cursos, devem ser reconhecidos oficialmente pelo Ministério da Educação – MEC, sob pena de eliminação do(a) candidato(a) do certame quando se tratar de habilitação mínima exigida e, nos casos diversos, o certificado não receberá pontuação.

2.7 Caso o(a) candidato(a) possua título de pós-graduação *Latu Sensu*, cabe ressaltar que, para fins de validação e pontuação, as instituições de ensino responsáveis pela Especialização/MBA com duração mínima de 360 horas devem ser credenciadas no MEC e cadastradas no Portal do e-MEC (emec.mec.gov.br).

2.8 Estar em dia com suas obrigações perante:

2.8.1 a Justiça Eleitoral e

2.8.2 o Serviço Militar.

2.9 Não ter sido nos últimos 5 (cinco) anos, na forma da legislação vigente:

2.9.1 condenado(a) em processo criminal perante a justiça comum ou militar, seja na esfera estadual ou federal ou estadual, transitado em julgado, contado o prazo a partir da data final do cumprimento da pena;

2.9.2 responsabilizado(a) por ato lesivo ao patrimônio público, de qualquer esfera de governo, em processo disciplinar administrativo, no qual não caiba mais recurso, contado o prazo a partir da data final do cumprimento da sanção; e

2.9.3 caso o(a) candidato(a) esteja respondendo, antes da data prevista para a incorporação, o previsto nos itens 2.9.1 e 2.9.2, deverá informar tal fato por escrito ao Presidente da Comissão de Seleção Especial (CSE), com a devida Certidão de Objeto e Pé lavrada pela serventia judicial na qual tramita a ação.

2.10 Possuir idoneidade moral, bons antecedentes e não exercer ou não ter exercido atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional, conforme o artigo 11 da Lei nº 6.880, de 1980, (Estatuto dos Militares), a serem apurados por meio de averiguação da vida pregressa do(a) candidato(a).

2.11 Ter aptidão física e mental para o exercício das atividades, a ser verificada por meio de inspeção de saúde e apresentação de exames complementares.

2.12 Se militar da ativa das Forças Armadas ou de Forças Auxiliares:

2.12.1 não estar cumprindo o Serviço Militar Inicial;

2.12.2 não ser militar de carreira ou estabilizado;

2.12.3 estar classificado, nos termos do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), no mínimo, no comportamento “Bom” ou em classificação equivalente da Força específica; e

2.12.4 apresentar parecer favorável assinado pelo Comandante, Chefe ou Diretor da organização militar (OM), não sendo aceito documento assinado por outra autoridade Anexo J.

2.13 Se ex-integrante de qualquer uma das Forças Armadas ou de Forças Auxiliares:

2.13.1 não ter sido considerado isento do Serviço Militar ou licenciado por incapacidade física ou mental definitiva (Incapaz C), ou definição equivalente da Força específica e não ter sido julgado em inspeção de saúde, incapaz definitivamente para o serviço do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar.

2.14 Residir no município onde será convocado(a) ou declarar estar comprometido(a) a mudar-se para o município de incorporação, por conta própria, caso venha a ser convocado(a), sem qualquer ônus para o Exército, conforme o Anexo E.

2.15 Obter aprovação em todas as etapas do presente processo seletivo.

2.16 Não possuir nenhum vínculo, durante o tempo em que permanecer no Exército, com qualquer cargo, emprego ou função pública, ainda que na Administração Pública indireta, exceto nos casos previstos na Constituição Federal de 1988, apresentando Declaração Negativa de Investidura em Cargo Público – Anexo G, cujas informações são de inteira responsabilidade do(a) candidato(a).

2.17 Os(As) candidatos(as) serão convocados(as) para o Estágio Básico de Sargento Temporário (EBST) no Exército Brasileiro, pelo prazo determinado de 12 (doze) meses.

2.17.1 Ao término de 12 (doze) meses, os(as) militares temporários julgados(as) aptos(as) poderão ter o tempo de serviço prorrogado por igual período, sucessivamente, até atingir o limite de 96 (noventa e seis) meses, como militar, contabilizados em qualquer espécie de Serviço Militar nas Forças Armadas, seja contínuo ou não (inicial, estágio, dilação, prorrogação e outros), respeitada a idade-limite de 45 (quarenta e cinco) anos.

2.18 Caso não exista candidato(a) inscrito(a) e/ou apto(a) a incorporar, no final do processo, em alguma das guarnições/cidades relacionadas no Anexo N, poderá ser chamado(a) candidato(a) de outra guarnição, voluntário(a) e apto(a) para ocupar a área vaga, seguindo os mesmos critérios previstos neste Aviso.

2.19 O chamamento para servir em guarnição/cidade diversa daquela na qual o(a) candidato(a) se inscreveu obedecerá ao critério de classificação de pontuação geral da área, independente da guarnição.

2.20 Caso o(a) candidato(a) de maior pontuação na área não seja voluntário(a), será chamado(a) o/a subsequente, obedecendo à ordem classificatória de pontuação.

2.21 O chamamento previsto no subitem 2.20 ocorrerá por meio de publicação no sítio eletrônico da 11ª Região Militar: www.11rm.eb.mil.br.

2.22 Não ter sido, anteriormente, desligado(a) de curso ou estágio ministrado em estabelecimento militar por motivo disciplinar ou de conceito moral.

2.23 O(A) candidato(a) condenado(a) judicialmente, com sentença penal transitada em julgado, deverá apresentar a Certidão contendo sua reabilitação judicial, conforme o artigo 651 e parágrafos do Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969, Código Processual Penal Militar – CPPM.

2.24 O(A) candidato(a) licenciado(a) a bem da disciplina ou excluído(a) das organizações militares da ativa ou dos órgãos de Formação de Reserva deverá apresentar a Certidão, contendo sua reabilitação, conforme o § 6º do artigo 110 do Decreto nº 57.654, de 20 de Janeiro de 1966, que Regulamenta a Lei do Serviço Militar, e a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, retificada pela Lei nº 4.754, de 18 de agosto de 1965.

2.25 O(A) candidato(a), por ocasião da incorporação, está impedido(a) de comerciar ou tomar parte na administração ou gerência de sociedade ou dela ser sócio ou participar, exceto como acionista ou quotista, em sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada, por força do previsto no artigo 29, do Estatuto dos Militares, [Lei nº 6.880, de 9 de Dezembro de 1980](#).

2.26 O(A) candidato(a) deverá ter ciência de que se impõem a todos os integrantes do Exército Brasileiro o sentimento do dever, o pundonor militar e o decoro da classe, com a observância dos seguintes preceitos de ética militar: amar a verdade e a responsabilidade como fundamento de dignidade pessoal; exercer, com autoridade, eficiência e probidade, as funções que lhe couberem em decorrência do cargo; respeitar a dignidade da pessoa humana; zelar pelo preparo próprio, moral, intelectual e físico e, também, pelo dos subordinados, tendo em vista o cumprimento da missão comum; praticar a camaradagem e desenvolver, permanentemente, o espírito de cooperação; proceder de maneira ilibada na vida pública e na particular; e cumprir seus deveres de cidadão.

2.27 Os(As) candidatos(as) convocados(as) serão incorporados(as) na condição de militares, indistintamente se do sexo masculino ou feminino, devendo, além das atribuições inerentes a seus cargos, participar, também, de atividades voltadas à consolidação do aprimoramento de suas qualificações militares, da hierarquia, da disciplina e de atributos da área afetiva próprios da carreira das armas. Além disso, deverão dedicar-se à Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional (CTTEP), que se refere à capacitação técnica, à instrução, ao adestramento, ao serviço de escala de serviço e aos exercícios no terreno; à composição de comissões, manutenção da área, de materiais e equipamentos; às representações; e a outras atividades, cujo desempenho caiba ao Cargo nos termos da legislação vigente, em especial, ao artigo 13 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.

2.27.1 Os(As) candidatos(as) convocados(as) serão incorporados(as) na condição de 3º Sargento Técnico Temporário.

2.28 São características da profissão militar, às quais o(a) candidato(a), depois de incorporado(a), estará sujeito e das quais não poderá alegar desconhecimento: risco de vida, sujeição a preceitos

rígidos de disciplina e hierarquia, dedicação exclusiva, disponibilidade permanente, vigor físico, proibição de participar de atividades políticas e mobilidade geográfica.

2.29 Salienta-se que, independentemente da profissão de natureza técnico-científica, uma vez incorporado às fileiras do Exército Brasileiro, o profissional passará a ostentar o status de militar e, nessa peculiar situação, poderá ser convocado para integrar missões operacionais, tanto em território nacional, quanto além de nossas fronteiras, as quais exigirão constante preparo físico, técnico e moral de todos os militares empregados.

3. DO PROCESSO SELETIVO

3.1 O processo seletivo visa à seleção de candidatos de ambos os sexos que possuam nível médio e diplomas de curso técnico de nível médio compatível com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação, para a convocação ao Estágio Básico de Sargento Temporário (EBST) e para a aplicação dos conhecimentos técnico-profissionais, em funções específicas de nível médio, para a realização de atividades voltadas ao serviço ativo da Força Terrestre, como serviços de escala, instrução, composição de comissões, representações e outras, cujo desempenho caiba ao Terceiro Sargento, em caráter temporário, de forma transitória e por tempo determinado, na área da 11ª Região Militar (estados de Goiás e Tocantins, Distrito Federal e região do Triângulo Mineiro), no ano de 2025.

3.2 A abertura de vagas estará condicionada ao licenciamento de militares temporários por término de tempo de serviço, bem como ao limite orçamentário do Exército Brasileiro no ano de 2025.

3.3 O militar incorporado será remunerado de acordo com a Lei Federal nº 13.321, de 27 de julho de 2016.

3.4 O(A) candidato(a) inscrito(a) atestará sua submissão às exigências do presente Aviso, sendo todas as despesas decorrentes do processo seletivo de exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a), não lhe assistindo direito a ressarcimento de qualquer natureza decorrente de insucesso no processo seletivo ou de não aproveitamento por falta de vagas.

3.5 As incorporações serão realizadas nas organizações militares onde o(a) candidato(a) realizará a 1ª Fase do Estágio Básico de Sargento Temporário (EBST) e, posteriormente, ele(a) será distribuído nas OM onde houver necessidade de recompletamento de vagas, após autorização do Comandante da 11ª Região Militar, obedecendo ao limite de efetivo das Forças Armadas, para um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme legislação específica.

3.6 O processo seletivo será coordenado pelo Comando da 11ª RM, por intermédio da Comissão de Seleção Especial – CSE.

3.7 Os(As) candidatos(as) aprovados(as) em todas as etapas do processo seletivo, após a definição das vagas, que serão disponibilizadas para convocação, serão incorporados(as) nas diversas OM, na situação de Terceiro Sargento Técnico Temporário.

3.8 O número de vagas para as áreas de atuação e habilitações técnicas de interesse do Exército será divulgado neste Aviso de Convocação, constantes no Anexo N, de acordo com as necessidades e as disponibilidades de vagas nas OM, dentro do efetivo das Forças Armadas estabelecido em lei.

3.9 A aprovação nas diversas etapas do processo seletivo, fora do número de vagas disponibilizadas no Aviso de Convocação, assegurará apenas a expectativa de direito à incorporação no Exército Brasileiro, no ano de 2025.

3.10 Em caso de igualdade na classificação dos(as) candidatos(as), ou seja, mesma pontuação na avaliação curricular preliminar para mais de um(a) candidato(a), na mesma área de interesse da 11ª Região Militar, utilizar-se-ão os seguintes critérios de desempate, na ordem de prioridade para incorporação abaixo estabelecida:

3.10.1 praças da ativa temporárias;

3.10.2 reservistas de 1ª categoria; e

3.10.3 reservistas de 2ª categoria.

3.10.4 Dentro do universo citado acima, deve ser respeitada a precedência hierárquica.

3.10.5 Os civis não enquadrados nos subitens 3.10.1, 3.10.2 e 3.10.3, entre eles:

3.10.6 os de menor tempo de serviço público; e

3.10.7 os de maior idade.

3.11 Os possuidores de Certificado de Dispensa de Incorporação (CDI) serão convocados e incorporados, bem como os reservistas de 1ª e 2ª categorias serão convocados e reincorporados todos como Terceiro Sargento Técnico Temporário, e serão submetidos ao Estágio Básico de Sargento Temporário (EBST).

4. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

4.1 Etapa I:

4.1.1 inscrições (feitas pela internet);

4.1.2 avaliação curricular realizada automaticamente pelo Sistema de Inscrição para o Serviço Militar Temporário (SISMIL), de acordo com as informações inseridas pelo(a) candidato(a); e

(Avs Convc SvTT Nº 06-SSMR/11, de 08 JULHO 24 – Seleção de STT 2024/2025 Pag 9/74)

4.1.3 homologação das inscrições.

4.2 Etapa II:

4.2.1 entrega de currículos; e

4.2.2 validações da Avaliação Curricular.

4.3 Etapa III:

4.3.1 Inspeção de Saúde (IS).

4.4 Etapa IV:

4.4.1 Exame de Aptidão Física (EAF).

5. DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1 A taxa para a confirmação da inscrição no processo seletivo para o Serviço Técnico Temporário – STT será de R\$ 60,00 (sessenta reais).

5.2 Não serão aceitos, para efeito de pagamento da taxa de inscrição, comprovantes de entrega de envelope nem comprovantes de agendamentos realizados por meio dos terminais de autoatendimento.

5.3 A Ficha de Inscrição do(a) candidato(a) estará disponível no sítio www.11rm.eb.mil.br, e deverá ser impressa pelo(a) candidato(a).

5.4 Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição, exceto para os casos previstos em lei e de acordo com o prescrito no item 7 do presente Aviso.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO NESTE PROCESSO SELETIVO

6.1 A inscrição implica conhecimento e aceitação do disposto neste Aviso e em seus anexos, em relação aos quais o(a) candidato(a) não poderá alegar desconhecimento, devendo certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a área pretendida.

6.2 A inscrição deverá ser realizada no endereço eletrônico da 11ª Região Militar no sítio www.11rm.eb.mil.br, conforme período estipulado no Anexo A (Cronograma Inicial de Atividades).

6.3 O candidato(a) deve imprimir, imediatamente após a confirmação da inscrição, a Guia de Recolhimento da União – GRU, na qual deve constar o número do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF do(a) candidato(a), referente à taxa de inscrição, devendo efetuar o pagamento até a data-limite prevista no Anexo A.

6.3.1 A GRU deve ser paga exclusivamente no Banco do Brasil e, por ocasião do pagamento, faz-se obrigatório informar o número de referência, a competência e o CPF do(a) candidato(a).

6.4 O(A) candidato(a) que efetuar o pagamento da taxa de inscrição após a data-limite prevista no Anexo A, independentemente do motivo que tenha acarretado o pagamento fora do prazo, será eliminado(a) do processo seletivo.

6.5 O(A) candidato(a) poderá reimprimir a GRU, acessando a sua ficha de inscrição no sítio www.11rm.eb.mil.br, até a data-limite para pagamento.

6.6 As inscrições efetuadas somente serão homologadas após a comprovação de pagamento ou do deferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição.

6.7 O pagamento da taxa de inscrição é de inteira responsabilidade do(a) candidato(a).

6.8 Deverão ser cadastrados tanto os dados pessoais quanto os relativos à habilitação mínima exigida, os títulos, o tempo de serviço público anterior, a experiência profissional/atividade na área de ensino, os cursos, as certificações (se for o caso) e outras informações exigidas no Aviso de Convocação, sendo de exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a) o seu preenchimento, sob pena de ser eliminado(a) do processo seletivo, caso forneça informações divergentes, carentes de comprovação, inverídicas e/ou falsas, constatadas a qualquer tempo.

6.9 Ao acessar o endereço eletrônico da 11ª Região Militar, o(a) candidato(a) deverá:

6.9.1 ler o Aviso, disponibilizado eletronicamente;

6.9.2 preencher a ficha de inscrição eletrônica;

6.9.3 imprimir a ficha de inscrição, devidamente preenchida; e

6.9.4 efetuar o pagamento da taxa de inscrição, se dela não estiver isento(a).

6.10 Não serão aceitos inscrições e pagamentos fora do prazo especificado neste Aviso.

6.11 Não será aceita inscrição condicional, nem por outro meio, que não o estabelecido neste Aviso.

6.12 O(A) candidato(a) inscrito(a) por terceiros assume total responsabilidade pelas informações inseridas na Ficha de Inscrição eletrônica, arcando com todas as consequências de eventuais erros de seu(sua) procurador(a).

6.13 O Comando da 11ª Região Militar não se responsabilizará por inscrição não realizada por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, ou por quaisquer fatores de ordem técnica, que impossibilitem a transferência de dados.

6.14 O(A) candidato(a) poderá inscrever-se em apenas uma área de atuação e guarnição/cidade.

6.15 A candidata grávida preterida do Processo Seletivo 2023/2024 deverá, obrigatoriamente, realizar a sua inscrição neste processo seletivo, atendendo a todas as regras definidas neste Aviso de Convocação, à exceção do pagamento da taxa de inscrição.

6.16 O(A) candidato(a) deverá verificar os dados informados na Ficha de Inscrição antes de confirmá-los. **Após o encerramento das inscrições, previsto no Anexo A, os dados não poderão ser alterados.**

6.17 O Sistema de Inscrição para o Serviço Militar Temporário (SISMIL) está configurado para realizar inscrições utilizando *browser* (navegador) “Mozilla Firefox”, versão para *desktop*, a partir do versionamento 66.03.

7. DOS PROCEDIMENTOS PARA PEDIDO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

7.1 Estará isento(a) do pagamento da taxa de inscrição o(a) candidato(a) que atenda aos seguintes requisitos:

7.1.1 estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, e for membro de família de baixa renda.

7.1.2 Para fins de aplicação do item 7.1.1, adotam-se as seguintes definições:

7.1.2.1 família: a unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente, ampliada por outros indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por essa unidade familiar, todos moradores em um mesmo domicílio.

7.1.2.2 família de baixa renda, sem prejuízo ao disposto no subitem 7.1.1 e seus subitens: aquela com renda familiar mensal ***per capita*** de até meio salário-mínimo ou que possua renda familiar mensal de até 03 (três) salários-mínimos;

7.1.2.3 domicílio: o local que serve de moradia à família e

7.1.2.4 renda familiar mensal: a soma dos rendimentos brutos auferidos por todos os membros da família.

7.2 O(A) candidato(a) que se enquadrar na situação descrita anteriormente deverá entregar, pessoalmente ou por meio de procurador(a) legalmente constituído(a), a documentação relacionada no item 7.3 e subitens no Protocolo Geral da(s) organização(ões) militar(es) listada(s) no subitem 7.2.1, até a data-limite para solicitação de isenção da taxa de inscrição prevista no Anexo A.

7.2.1 A entrega da documentação listada no item 7.3 e seus subitens, referente à solicitação de isenção da taxa de inscrição, deverá ser realizada pessoalmente ou por procurador(a) legalmente constituído(a) para este fim na guarnição onde se inscreveu, nos endereços abaixo relacionados:

Guarnição	Organização Militar (OM)	Endereço	Local e Horário
Brasília – DF	Comando da 11ª Região Militar	Avenida do Exército, S/N, QG do Comando Militar do Planalto/11ªRM, Setor Militar Urbano (SMU) – Brasília DF	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h e das 13h às 16h20 e na 6ª feira, das 08h às 11h30)
Goiânia – GO	Base Administrativa do Comando de Operação Especiais	Avenida Salvador, S/N, Jardim Guanabara I Goiânia - GO	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h30 e das 13h às 16h45 e na 6ª feira, das 08h às 11h45)
Formosa – GO	Centro de Logística de Mísseis e Foguetes	BR 020, KM 7, Zona Rural, Formosa – GO	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h30 e das 13h às 16h45 e na 6ª feira, das 08h às 11h45)
Jataí – GO	41º Batalhão de Infantaria Motorizada	Vila Olavo, S/N	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h30 e das 13h às 16h45 e na 6ª feira, das 08h às 11h45)
Araguari – MG	2º Batalhão Ferroviário	Rua Professora Lourdes Naves, nº 750, Bairro Santo Antônio – Araguari MG	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h30 e das 13h às 16h45 e na 6ª feira, das 08h às 11h45)
Palmas – TO	22º Batalhão de Infantaria	Fazenda Brejo Comprido, Areia 1- Zona Rural Palmas – TO	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h30min e das 13h às 16h45min e na 6ª feira, das 08h às 11h45min)
Cristalina – GO	Comando da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada	Rua Visconde Mauá, Centro, Cristalina - GO	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h30 e das 13h às 16h45 e na 6ª feira, das 08h às 11h45)

Uberlândia – MG	36º Batalhão de Infantaria Motorizada	Avenida Aspirante Mega, nº 731, Bairro Jaraguá. Uberlândia (MG)	Protocolo-Geral (2ª a 5ª das 9h às 11h e das 13h às 16h e na 6ª das 08h às 11h45min).
-----------------	---------------------------------------	---	---

7.2.2 A documentação relacionada no item 7.3 e seus subitens deverá ser entregue pessoalmente ou por meio de representante legal até a data-limite para a solicitação de isenção da taxa de inscrição prevista no Anexo A, nas organizações militares das guarnições em que o(a) candidato(a) concorre, conforme tabela acima.

7.3 Os documentos listados abaixo deverão ser entregues com todas as páginas numeradas e rubricadas de próprio punho pelo(a) candidato(a), conforme discriminado nos subitens abaixo.

7.3.1 Ficha de Inscrição Eletrônica impressa após a inscrição realizada no endereço eletrônico www.11rm.eb.mil.br.

7.3.2 Requerimento do(a) candidato(a) encaminhado(a) ao Comandante da 11ª Região Militar, conforme o Anexo K.

7.3.3 Declaração de Veracidade de Documentos Apresentados Anexo F.

7.3.4 Cópia de documento oficial com foto: Carteira de Identidade, Passaporte, Carteira Nacional de Habilitação, Carteira de Trabalho e Previdência Social, somente para candidato(a) civil.

7.3.5 Cópia do comprovante de residência.

7.3.5.1 O comprovante de residência convencional poderá ser substituído pela Declaração de Residência nos moldes previstos na Lei nº 7.115/83.

7.3.5.2 No caso de falsificação e/ou omissão de informações na Declaração de Residência prevista no item anterior, serão adotadas todas as medidas administrativas, civis e penais cabíveis.

7.3.6 O(A) candidato(a) que estiver empregado(a) deverá encaminhar ainda:

7.3.6.1 Cópia do contracheque ou de documento similar emitido pelo empregador; **ou**

7.3.6.2 Declaração de Renda emitida por contador (devidamente registrado no seu órgão de classe) para os trabalhadores ambulantes, prestadores de serviços e os que exerçam atividade autônoma, desde que não cumulativa com outra atividade cuja remuneração, somada, não exceda a 03 (três) salários-mínimos.

7.3.7 O(A) candidato(a) que estiver desempregado(a) deverá enviar também:

7.3.7.1 Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou, caso não possua, declaração pessoal de desempregado; e

7.3.7.2 indicações do Número de Identificação Social – NIS, atribuído pelo CadÚnico (se estiver enquadrado nesta situação).

7.3.8 Não será concedida isenção de pagamento de taxa de inscrição ao(à) candidato(a) que:

(Avs Convc SvTT Nº 06-SSMR/11, de 08 JULHO 24 – Seleção de STT 2024/2025 Pag 14/74)

7.3.8.1 omitir informação ou prestar informação inverídica;

7.3.8.2 fraudar ou falsificar documentação; e

7.3.8.3 não cumprir nenhum dos requisitos, forma e prazo estabelecidos no item 7 e seus subitens.

7.3.8.4 O(A) candidato(a) que apresentar documento inidôneo ou firmar declaração falsa, para se beneficiar da isenção da taxa de inscrição, terá sua inscrição e todos os atos dela decorrentes anulados e estará sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único, do artigo 10, do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979.

7.3.9 Não será permitida, após a entrega do requerimento de isenção e dos documentos comprobatórios, a complementação da documentação.

7.3.10 Não será aceito qualquer pedido de isenção além do estabelecido pelo item 7 e seus subitens.

7.3.11 Cada pedido de isenção da taxa de inscrição será analisado e julgado pelo presidente da Comissão de Seleção Especial (CSE), quando oriundo de candidato(a) inscrito(a) para a guarnição de Brasília-DF, ou pelo presidente da respectiva Subcomissão de Guarnição, no caso de pedido de isenção da taxa de inscrição requerido por candidato(a) inscrito(a) em outra guarnição.

7.3.12 Para fins de solicitação de isenção da taxa de inscrição, serão aceitas cópias/reproduções não autenticadas, bem como os requerimentos, as declarações e os demais documentos assinados pelo(a) candidato(a), sem necessidade de firma reconhecida em cartório, desde que acompanhados da **DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DE DOCUMENTOS APRESENTADOS** Anexo F.

7.3.13 A relação dos(as) candidatos(as) que tiveram o seu pedido de isenção de taxa de inscrição deferido será divulgada no sítio www.11rm.eb.mil.br, na data prevista no Anexo A.

7.3.14 O(A) candidato(a) que tiver seu requerimento de isenção indeferido para efetivar a sua inscrição no processo seletivo deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição até a data-limite estabelecida no Anexo A.

7.3.15 Também terá isenção da taxa de inscrição o(a) candidato(a) doador(a) de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde, nos termos da Lei nº 13.656/2018.

7.3.16 Para solicitar a isenção da taxa de inscrição, o(a) candidato(a) amparado(a) pela Lei nº 13.656/2018 deverá apresentar, cumulativamente, os documentos relacionados:

7.3.16.1 atestado ou laudo emitido por médico de entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, inscrito no Conselho Regional de Medicina, que comprove que o(a) candidato(a) efetuou a doação de medula óssea, bem como a data da doação.

7.3.16.2 **DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DE DOCUMENTOS APRESENTADOS** Anexo F.

7.3.16.3 requerimento do(a) candidato(a) encaminhado ao Comandante da 11ª Região Militar, conforme o Anexo K.

7.3.16.4 cópia de documento oficial com foto: Carteira de Identidade, Passaporte, Carteira Nacional de Habilitação, Carteira de Trabalho e Previdência Social.

7.3.17 A documentação listada no item 7.3.16 e seus subitens deverá ser entregue, pessoalmente ou por procurador(a) legalmente constituído(a) para este fim, na guarnição onde o(a)candidato(a) se inscreveu, nos endereços relacionados no item 7.2.1.

7.4 No momento da entrega dos documentos, os candidatos deverão apresentar os respectivos originais para fins de conferência.

8. DA AVALIAÇÃO CURRICULAR PRELIMINAR (realizada pelo SISMIL na ocasião da inscrição)

8.1 O(A) candidato(a) deverá apresentar Diploma de Nível Médio e Curso Técnico (e, quando exigido no Anexo N, Habilitação Complementar/Adicional), até a data prevista para a incorporação indicada no Anexo A, sob pena de eliminação do certame. Os títulos de graduação e pós-graduação, a atividade profissional e os cursos deverão ter relação direta com a Graduação para a qual o(a) candidato(a) se inscreveu.

8.2 O(A) candidato(a) deverá observar com atenção o Anexo M – Pontuação Geral das Diversas Áreas de Atuação de Interesse.

8.2.1 Para fins de pontuação, quando a Habilitação Complementar/Adicional for exigida no Anexo N, além do Curso Técnico, a atividade profissional, os cursos, deverão ter relação direta com o Curso Técnico ou a Habilitação Complementar/Adicional.

8.3 A Avaliação Curricular Preliminar será realizada, inicialmente, de acordo com os dados lançados pelo(a) próprio(a) candidato(a), na Ficha de Inscrição eletrônica, no sítio www.11rm.eb.mil.br, sendo de sua inteira responsabilidade a veracidade das informações apresentadas.

8.4 Na data prevista no Anexo A, será divulgada, no sítio www.11rm.eb.mil.br, a avaliação curricular preliminar dos(as) candidatos(as) inscritos(as), em ordem de pontuação, dentro das áreas de atuação.

8.5 Os pontos e a classificação atribuídos automaticamente pelo SISMIL, de acordo com os dados lançados pelo(a) próprio(a) candidato(a) na Ficha de Inscrição eletrônica, corresponderão apenas à conferência quantitativa dos documentos cadastrados, não gerando expectativa de direito real na pontuação e classificação final. A análise dos pontos será realizada pela Comissão de Seleção

Especial (CSE) durante a Avaliação Curricular, a qual poderá resultar na alteração da pontuação e da classificação.

8.6 O Anexo M serve como referência ao(à) candidato(a), apresentando a pontuação atribuída a cada aspecto da sua formação e experiência profissional.

8.7 Na mesma oportunidade, será apresentada a relação dos(as) candidatos(as) chamados(as) para a Etapa II (Entrega de currículos na CSE) para fins de validação da Avaliação Curricular Preliminar.

8.8 Os(As) candidatos(as) chamados(as) para esta Etapa deverão entregar, pessoalmente ou por intermédio de procurador(a) legal, munido(a) de instrumento de procuração particular com firma reconhecida em cartório e com o fim específico para inscrição neste certame, os documentos relacionados no item 10.9 e seus subitens, em data, hora e local constantes da chamada para entrega de currículos a ser divulgada no sítio www.11rm.eb.mil.br.

9. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

9.1 Terão suas inscrições homologadas os(as) candidato(as) que tiverem pago a taxa de inscrição dentro do prazo estipulado no calendário constante do Anexo A e aqueles(as) que estiverem isentos(as) desta taxa.

9.2 Somente estará apto(a) a prosseguir para a fase seguinte do processo seletivo (ETAPA II) o(a) candidato(a) que tiver a sua inscrição homologada.

9.3 Na data prevista no Anexo A, será divulgada, no sítio www.11rm.eb.mil.br, a relação das inscrições homologadas e não homologadas.

9.3.1 Na relação das inscrições homologadas, constarão os nomes dos(as) candidatos(as) inscritos(as) em ordem decrescente de pontuação, dentro das áreas de atuação.

10. ETAPA II

10.1 ENTREGA DE CURRÍCULOS

10.2 Serão chamados(as) para a Etapa II (Entrega de currículos e Validação da Avaliação Curricular) os(as) candidato(as) de maior pontuação na Avaliação Curricular Preliminar, cujas inscrições foram homologadas, de acordo com listas a serem divulgadas oportunamente, no sítio www.11rm.eb.mil.br.

10.3 A Validação da Avaliação Curricular é de caráter seletivo, classificatório e eliminatório e será realizada de acordo com os documentos apresentados pelo(a) candidato(a) ou seu(sua) procurador(a), abrangendo todos os documentos apresentados.

10.4 O(A) candidato(a) chamado(a) para a Validação da Avaliação Curricular deve entregar pessoalmente, ou por intermédio de procurador legal, munido de instrumento de procuração particular com firma reconhecida em cartório e com o fim específico para inscrição neste processo seletivo, os documentos relacionados no item 10.9 e seus subitens, bem como os comprovantes de todos os cursos, títulos, publicações e experiências profissionais declarados na Ficha de Inscrição eletrônica, na data, horário e local indicados na chamada para a Etapa II, divulgada no endereço eletrônico da 11ª Região Militar.

10.5 Não será aceita a entrega de documentos em data posterior à constante da chamada, bem como a remessa por via postal, fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio.

10.6 Não será considerado documento apresentado no currículo que não tenha sido informado/declarado expressamente na Ficha de Inscrição.

10.7 Em caso de eliminação de algum(a) candidato(a) nesta etapa, serão chamados(as), por ordem de classificação, novos(as) candidatos(as) para apresentação de documentação, nos dias subsequentes, sempre por meio do endereço eletrônico da 11ª Região Militar.

10.8 As informações prestadas pelo(a) candidato(a) são de sua inteira responsabilidade.

10.8.1 A entrega de documentos para a Validação da Avaliação Curricular é de exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a) e do seu(a) procurador(a) (se for o caso), estando, ambos, sujeitos à responsabilização cível, penal e administrativa.

10.9 Todos os documentos da Validação da Avaliação Curricular deverão ser entregues, com todas as páginas numeradas e rubricadas de próprio punho pelo(a) candidato(a), conforme lista de verificação de documentos no ANEXO O.

10.9.1 Ficha de Inscrição Eletrônica impressa após a inscrição realizada no sítio www.11rm.eb.mil.br, com foto 3x4 colada.

10.9.2 Procuração com firma reconhecida em cartório, caso não seja possível o comparecimento pessoal do(a) candidato(a) no local e data previstos para a entrega de documentos para a Avaliação Curricular.

10.9.3 Original do comprovante de pagamento da taxa de inscrição, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, dentro do prazo-limite constante do Anexo A, caso não esteja isento(a) do pagamento da referida taxa.

10.9.4 Declaração de Voluntariado para Prestação do Serviço Militar Temporário por um período mínimo de 12 (doze) meses Anexo B, assinada de próprio punho pelo(a) candidato(a), conforme constante no documento de identificação oficial apresentado.

10.9.5 Declaração de Tempo de Serviço Público prestado junto às Forças Armadas Anterior à Incorporação Anexo C, informando os órgãos e os períodos trabalhados, assinada de próprio punho pelo(a) candidato(a), conforme assinatura constante no documento de identificação oficial apresentado.

ATENÇÃO: o candidato que não possuir tempo de serviço público deverá registrar 00 ano 00 mês 00 dia.

10.9.6 Declaração de Residência Anexo D, assinada de próprio punho pelo(a) candidato(a), conforme constante no documento de identificação oficial apresentado.

10.9.7 Declaração de Residente em Município Diverso da Sede da OM de Incorporação Anexo E, se for o caso, assinada de próprio punho pelo(a) candidato(a), conforme constante no documento de identificação oficial apresentado.

10.9.8 Cópia do Comprovante de Residência.

10.9.8.1 O Comprovante de Residência convencional poderá ser substituído pela Declaração de Residência nos moldes previstos na Lei nº 7.115/83.

10.9.8.2 No caso de falsificação e/ou omissão de informações na Declaração de Residência, prevista no item anterior, serão adotadas todas as medidas administrativas, civis e penais cabíveis.

10.9.9 Declaração de Ciência da Necessidade de Informação do Estado de Gravidez – Anexo I, apenas para candidatas do segmento feminino. Tendo em vista a proteção constitucional do direito à maternidade, toda mulher deve assinar, por ocasião do processo seletivo, uma declaração de ciência da necessidade de informação imediata à Instituição, caso apresente ou venha a apresentar estado de gravidez no curso do processo. O estado de gravidez impede a realização da IS, do EAF e a incorporação para o Estágio Básico de Sargento Temporário (EBST), em virtude dos riscos decorrentes das atividades militares a serem desenvolvidas.

10.9.10 Declaração de Veracidade dos Documentos Apresentados – Anexo F.

10.9.11 Parecer Favorável do Comandante, Chefe ou Diretor da organização militar onde serve, para Participação em Processo Seletivo ao Serviço Militar Temporário – Anexo J, apenas para candidatos(as) militares da ativa.

10.9.11.1 O parecer do Comandante, Chefe ou Diretor deverá ser impresso em papel timbrado, com o carimbo do militar que emitiu o documento, e autenticação da organização militar (Exército, Marinha e Aeronáutica).

10.9.11.2 O documento apresentado sem autenticação da organização militar poderá ser **submetido à análise de veracidade**.

10.9.12 Declaração Negativa de Investidura em Cargo Público – Anexo G, assinada de próprio punho pelo(a) candidato(a), conforme constante no documento de identificação oficial apresentado.

10.9.13 Declaração de Ciência de Impedimento para comerciar ou tomar parte na administração ou gerência de sociedade privada, dela ser sócio ou participar – Anexo H, assinada de próprio punho pelo(a) candidato(a), conforme constante no documento de identificação oficial apresentado.

10.9.14 Certidão de Quitação Eleitoral, emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral no sítio www.tse.jus.br;

10.9.15 Certidão Negativa Criminal da Justiça Federal, extraída do sítio da Justiça Federal onde o(a) candidato(a) residiu nos últimos 05 (cinco) anos.

10.9.16 Certidão Negativa Criminal emitida pela Justiça Estadual/Distrital, extraído do sítio da Justiça Estadual/Distrital onde o(a)candidato(a)residiu nos últimos 05 (cinco) anos.

10.9.17 Certidão Negativa Criminal Militar, emitida pelo Superior Tribunal Militar no sítio www.stm.jus.br.

10.9.18 Cópia de documento oficial com foto: Carteira de Identidade ou Passaporte ou Carteira Nacional de Habilitação ou Carteira de Trabalho ou Previdência Social, somente para candidato(a)civil.

10.9.19 Cópia da Carteira de Identidade Militar, somente para candidato(a) militar temporário(a) da ativa.

10.9.20 Cópia do CPF ou comprovante de situação cadastral do CPF no sítio www.receita.fazenda.gov.br.

10.9.21 A apresentação do título de Eleitor poderá ser substituída pela Certidão de Quitação Eleitoral, nos moldes exigidos no item 10.9.14.

10.9.22 Cópia do Certificado de Reservista (CR), para candidatos(as) que já serviram como praças.

10.9.23 Cópia do Certificado de Dispensa de Incorporação (CDI), para candidatos do sexo masculino que foram dispensados do Serviço Militar Obrigatório.

10.9.24 Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

10.9.25 Cópia da Certidão de Nascimento dos dependentes, quando for o caso.

10.9.26 Cópia da Carteira, em que fique comprovado o registro ativo do respectivo Conselho ou Ordem de profissionais, quando existir.

10.9.26.1 Em caráter excepcional, para fins de inscrição no processo seletivo, enquanto aguarda o fornecimento da Carteira, em decorrência de tramitação de procedimentos administrativos e
(Avs Convc SvTT Nº 06-SSMR/11, de 08 JULHO 24 – Seleção de STT 2024/2025 Pag 20/74)

legais de regularização desse documento, o(a) candidato(a) poderá apresentar declaração ou certidão emitida pelo Conselho de classe, que comprove a sua inscrição e regularidade junto ao órgão.

10.9.26.2 Será obrigatória a comprovação de regularidade junto ao respectivo Conselho Profissional ou Ordem (quando houver), em condição de legitimidade para o exercício da profissão, incluindo a correspondente habilitação ao exercício da profissão na especialidade a que concorre, a fim de impedir a incorporação de profissional que esteja com a sua habilitação suspensa ou cassada.

10.9.26.3 Será obrigatório, no ato da incorporação, comprovar inscrição e regularidade junto ao órgão de classe do respectivo estado/Distrito Federal onde ocorrerá a incorporação.

10.9.26.4 Quando o Conselho de Classe relativizar, dispensar, excepcionar ou tornar facultativo o registro junto ao Órgão sem a possibilidade de caracterizar exercício ilegal da profissão, o(a) candidato(a) deverá apresentar cópia da Norma que relativiza, dispensa, excepciona ou torna facultativo o registro ou declaração/certidão do respectivo conselho, com a devida justificativa, sob pena de eliminação do processo seletivo.

10.9.27 Cópia do Diploma de Curso Técnico de Nível Médio com validade nacional, expedido e registrado por instituição de ensino autorizada e cadastrada no respectivo sistema de ensino (federal, estadual/distrital ou municipal), de acordo com as normas do Ministério de Educação (MEC), acompanhada de cópia do respectivo histórico escolar, bem como de cópia do Certificado de conclusão de ensino médio, ou de cópia de Diploma de Curso Superior que tenha relação direta com a área técnica para a qual o(a) candidato(a) se inscreveu.

10.9.28 Cópia do Diploma de Nível Superior (obrigatoriamente acompanhado do seu respectivo histórico), quando o(a) candidato(a) cadastrar, na Ficha de Inscrição, diploma de nível superior em substituição ao curso de nível Médio/Técnico.

10.9.29 Se for o caso, cópia do certificado/diploma(s) de pós-graduação reconhecido(s) pelo MEC, obrigatoriamente acompanhado(s) dos seus respectivos históricos, que tenha relação direta com a área técnica que o candidato postula.

10.9.30 As pós-graduações *Stricto Sensu* (Mestrado e/ou Doutorado) declaradas, referentes à área técnica a que concorre, deverão ser devidamente registradas por instituições de ensino superior reconhecidas pelo MEC.

10.9.30.1 Os certificados e declarações de conclusão de pós-graduações *Stricto Sensu* (Mestrado e/ou Doutorado) deverão ser obrigatoriamente acompanhados dos seus respectivos históricos,

expedidos pelos estabelecimentos de ensino cadastrados e autorizados pela Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior – CAPES.

10.9.30.2 As instituições de ensino nas quais os cursos de pós-graduações *Lato Sensu* (duração igual ou superior a 360 horas) foram realizados, referentes à especialidade a que concorre, deverão ser reconhecidas pelo MEC e cadastradas no e-MEC.

10.9.30.3 As declarações de conclusão de pós-graduação *Lato Sensu* (Especialização/MBA com duração mínima de 360 horas), acompanhadas dos seus respectivos históricos, na modalidade presencial ou a distância, deverão ser emitidas pela instituição de ensino que, efetivamente, ministrou o curso, bem como atender às exigências da Resolução nº 01-CNE/CES, de 6 de abril de 2018, **que estabelece Normas para o Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu em nível de Especialização.**

10.9.30.4 Os certificados de pós-graduação emitidos pelas Associações e Conselhos de Classe somente serão aceitos para fins de pontuação, se os emitentes estiverem devidamente autorizados pelo Ministério da Educação para funcionarem como Instituição de Ensino, cadastrados no e-MEC, e os cursos devidamente reconhecidos pelo MEC.

10.9.30.5 Em caráter excepcional, para fins de inscrição no processo seletivo, enquanto aguarda o fornecimento do certificado de conclusão do Ensino Médio, do Curso Técnico de Nível Médio e do histórico escolar do Curso Técnico, Diploma de Curso Superior e pós-graduação, em decorrência de tramitação de procedimentos administrativos e legais de regularização desses documentos, a cargo da instituição de ensino junto à Secretaria de Educação Municipal/Estadual/Distrital, Ministério da Educação ou órgão competente, o(a) candidato(a) poderá apresentar a declaração ou certidão emitida pela instituição de ensino, a qual será válida até a data prevista para a incorporação indicada no ANEXO A.

10.9.30.5.1 A não apresentação dos originais da habilitação mínima exigida e das respectivas cópias, até a data prevista para a incorporação indicada no Anexo A ocasionará a eliminação do certame.

10.9.30.5.2 A não apresentação do diploma ou certificado de pós-graduação, quando (se tratar de habilitação mínima exigida), até a data prevista para a incorporação indicada no Anexo A, ocasionará a eliminação do certame.

10.9.30.5.3 O certificado de pós-graduação apresentado pelo candidato, quando este não for habilitação mínima exigida para participação do(a) candidato(a) no processo seletivo, será contabilizado exclusivamente para fins de pontuação, não ensejando direito futuro ao recebimento de qualquer adicional de habilitação, conforme previsto na Portaria normativa nº (Avs Convc SvTT Nº 06-SSMR/11, de 08 JULHO 24 – Seleção de STT 2024/2025 Pag 22/74)

86/GM-MD, de 22 de setembro de 2020, da Portaria - C Ex nº 1.443 , de 7 de janeiro de 2021 e da Nota Técnica nº 013/ASSEJUR/SSEF/SEF, de 22 de novembro de 2023.

10.9.31 Cópia de comprovação na área de ensino e da experiência profissional.

10.9.32 Cópia do(s) certificado(s) do(s) curso(s), previstos no item 2 do Anexo M.

10.9.33 Para candidato(a) militar da ativa ou da reserva das Forças Armadas ou integrante de Forças Auxiliares, é obrigatória a apresentação das Folhas de Alterações ou certidão de assentamentos militares, relativas a todo o período de serviço, constando, no caso das praças, obrigatoriamente, a classificação do seu comportamento por ocasião da sua exclusão ou desligamento.

10.9.33.1 As Folhas de Alterações não suprem e não servem como documento complementar à Certidão de Tempo de Serviço Público prestado em órgão público federal, estadual ou municipal.

10.9.33.2 Em caso de candidato(a) militar da reserva não-remunerada, as Folhas de Alterações servem como documento complementar à Certidão de Tempo de Serviço Público prestado em órgão público federal, quando se tratar de experiência profissional prestada junto às Forças Armadas.

10.9.33.3 Em caráter excepcional, enquanto aguarda o fornecimento das Folhas de Alterações ou certidão de assentamentos, em decorrência de tramitação de procedimentos administrativos e legais de elaboração desses documentos, o(a) candidato(a) poderá apresentar declaração/solicitação emitida pela OM em que serviu.

10.9.33.4 A não apresentação das Folhas de Alterações até a data prevista para a entrada com pedido de Recurso Administrativo da Validação da Avaliação Curricular, conforme data prevista no Anexo A, eliminará o(a) candidato(a) do processo seletivo.

10.9.34 Em caráter excepcional, enquanto aguarda o fornecimento das Folhas de Alterações ou certidão de assentamento, em decorrência de tramitação de procedimentos administrativos e legais de elaboração desses documentos, o(a) candidato(a) poderá apresentar declaração informando expressamente que concluiu com aproveitamento o estágio informado na Ficha de Inscrição.

10.10 Todo documento que esteja em língua estrangeira deverá ser acompanhado de versão em português, feita por tradutor juramentado, sendo admitidas apenas as exceções previstas neste Aviso de Convocação.

10.11 No momento da entrega dos documentos, os candidatos deverão apresentar os respectivos originais para fins de conferência.

10.12 O(A) candidato(a) ou procurador legal munido de instrumento de procuração com firma reconhecida em cartório e com o fim específico para este certame, a fim de resolver quaisquer assuntos referentes ao(à) candidato(a) neste processo seletivo, deverá comparecer para a entrega de todos os documentos, incluindo as declarações e cópias/reproduções autenticadas previstas para esta Etapa, na data, no local e no horário constante da chamada para entrega de currículos, a ser divulgada no sítio www.11rm.eb.mil.br. O não comparecimento ou atraso acarretará a sua eliminação do processo seletivo.

10.13 Os Anexos C e G, as certidões previstas nos subitens 10.9.14, 10.9.15, 10.9.16, 10.9.17, assim como os documentos previstos no subitem 10.9.26 (quando houver), 10.9.26.1 (quando houver), 10.9.26.2 (quando houver) e 10.9.26.4 (se for o caso), deverão ser entregues novamente pelo(a) candidato(a), sob pena de eliminação do processo seletivo na apresentação para realização do Exame de Aptidão Física (EAF).

10.13.1 Os Anexos C e G, bem como as certidões previstas nos subitens 10.9.14, 10.9.15, 10.9.16, 10.9.17 e os documentos previstos nos subitens 10.9.26 (quando houver), 10.9.26.1 (quando houver), 10.9.26.2 (quando houver), e 10.9.26.4 (se for o caso), deverão ser entregues novamente pelo(a) candidato(a), sob pena de eliminação do processo seletivo no ato da incorporação.

10.13.2 As declarações/certidões/documentos previstos nos itens 10.13 e 10.13.1 deverão ser atualizados, ou seja, emitidos/expedidos nos últimos 30 (trinta) dias, sendo a data definida para a entrega, o início do marco temporal.

10.14 Serão desconsiderados os documentos ilegíveis, que impossibilitem a leitura parcial ou integral do seu conteúdo.

10.15 O(A) candidato(a) com curso superior de enfermagem somente poderá participar do processo seletivo para STT se for possuidor(a) de curso Técnico de Enfermagem, com registro no respectivo conselho e satisfizer a todos os requisitos previstos neste Aviso de Convocação.

10.16 O Comando da 11ª Região Militar está temporariamente impedido de atender ao disposto no item 10.15 por força da Ação Civil Pública nº 1012153-72.2017.4.01.3400.

10.17 Se o(a) candidato(a) vier a apresentar algum dos documentos relacionados nos itens/subitens anteriores em forma de Recurso, continuará eliminado(a), a fim de não ferir o Princípio da Isonomia, em relação aos(às) demais candidatos(as) que apresentaram dentro do prazo.

11. VALIDAÇÃO DA AVALIAÇÃO CURRICULAR

11.1 Somente serão consideradas/validadas e receberão a pontuação a experiência profissional e as atividades na área de ensino, **realizadas após a conclusão do Curso Técnico**, devidamente comprovadas na área em que o(a) candidato(a) esteja concorrendo, que tenham relação direta com a Formação Técnica, para a qual o(a) candidato(a) está concorrendo.

11.2 Somente serão contabilizados, para fins de pontuação, no máximo, **2.920 (dois mil, novecentos e vinte)** dias, quando a comprovação do exercício de atividade profissional for feita por meio de **Carteira de Trabalho e Previdência Social, prestação de serviço por meio de RPA, prestação de serviço como empresário individual e prestação de serviços em órgãos/instituições públicas.**

11.2.1 A experiência profissional será contabilizada em dias.

11.2.2 A pontuação referente à atividade profissional e de ensino, no meio civil, será de 0,006 para cada dia trabalhado.

11.2.3 A pontuação referente à atividade profissional e de ensino, no meio militar, será de 0,007 para cada dia trabalhado.

11.3 Para fins de pontuação de experiência profissional no que se refere ao Magistério, somente serão aceitos os períodos em que houve a participação como docente relacionada com a área Técnica/ Graduação para a qual concorre.

11.4 Para fins de comprovação de experiência profissional, não serão considerados períodos de trabalhos sobrepostos, mesmo em instituições/órgãos diferentes, inclusive para atividades de Magistério e da área de saúde.

11.5 A comprovação do exercício da atividade profissional, as atividades na área de ensino, os títulos, os cursos, serão validados e receberão pontuação se possuírem relação direta com a conclusão do Nível Médio e Curso Técnico, ou de nível superior, se for o caso, para o qual o(a) candidato(a) está concorrendo e deverão de constar na Ficha de inscrição.

11.6 Para as áreas que exigem Habilitação Complementar/Adicional, como Habilitação Mínima Exigida no Anexo N, a comprovação do exercício da atividade profissional, as atividades na área de ensino, somente serão validados e receberão pontuação, se possuírem relação direta com o Curso Técnico ou Graduação a que o(a) candidato(a) está concorrendo e deverão de constar na Ficha de inscrição.

11.7 A comprovação do exercício de atividade profissional deverá ser feita por uma das quatro maneiras relacionadas a seguir: **mediante apresentação de Carteira de Trabalho e Previdência Social; prestação de serviço por meio de Recibo de Pagamento Autônomo (RPA); prestação de serviço como empresário individual; e prestação de serviços em órgãos/instituições públicas.**

11.8 Na apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS):

11.8.1 A comprovação de atividade exercida na área de ensino ou exercício de atividade profissional, mediante apresentação da CTPS, deverá atender às exigências abaixo relacionadas:

11.8.2 Apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), contendo a página de identificação do trabalhador, a página em que conste o registro do empregador informando o período (com início e fim) e discriminando o tempo de serviço e o cargo/ocupação desempenhada, bem como a Razão Social e o número do CNPJ, no caso de Pessoa Jurídica, ou o nome completo e o número do CPF da Pessoa Física para a qual o(a) candidato(a) desenvolveu a atividade. Caso na CTPS não esteja especificado o cargo/ocupação desenvolvido pelo(a) candidato(a) que tenha relação com a graduação à qual concorre, faz-se necessário, concomitantemente, apresentar declaração do empregador relacionando as atividades desempenhadas pelo(a) candidato(a), exclusivamente, na especialidade a que estiver concorrendo, com reprodução/cópia autenticada em cartório e declaração com firma reconhecida em cartório.

11.8.3 Quando se tratar de comprovação de experiência profissional, por meio da CTPS, também será obrigatória a apresentação do extrato de contribuições emitido pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), onde conste o período trabalhado e a empresa cadastrada na Ficha de Inscrição que contenha *QR Code* e/ou código de verificação/validação.

11.8.3.1 Somente serão aceitos extratos emitidos pelo INSS que contenham QR Code e/ou código de verificação/validação.

11.8.3.2 Caso seja necessária a apresentação da declaração citada no item anterior (quando o cargo/ocupação constante na CTPS não especificar a atividade desenvolvida), é obrigatório informar a Razão Social e o número do CNPJ no caso de Pessoa Jurídica ou o nome completo e o número do CPF da Pessoa Física para a qual desenvolveu a atividade, bem como o código de ocupação previsto na CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), relacionando as atividades desempenhadas pelo(a)candidato(a), exclusivamente, na especialidade em que estiver concorrendo, para fins de pontuação, como também, o período, com reprodução/cópia autenticada em cartório, com reconhecimento de firma em cartório.

11.8.4 Caso a CTPS não contenha a anotação referente ao fim do vínculo empregatício da experiência profissional cadastrada, faz-se necessária a declaração do empregador, informando o período trabalhado, com reconhecimento de firma em cartório.

11.8.5 Na cópia da CTPS deverá constar, obrigatoriamente, a identificação do trabalhador, com foto e qualquer outra página que ajude na Avaliação.

11.8.6 Somente serão aceitas as declarações emitidas pelo setor de Recursos Humanos do órgão ou setor equivalente.

11.8.6.1 Quando não existir setor de Recursos Humanos ou equivalente, serão aceitas declarações emitidas pelo(a) contador(a), desde que no documento venha identificado o nome completo do(a) profissional, nº do Cadastro Nacional de Pessoa Física e o seu respectivo registro junto ao Órgão de Classe.

11.8.6.2 Se ficar comprovada a existência de setor de Recursos Humanos ou equivalente, as declarações emitidas por contadores, conforme previsto no item 11.9.6.1, serão desvalidadas, acarretando, ainda, a perda da pontuação.

11.8.7 Na falta da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, poderá ser apresentado o Extrato do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), constando o nome da Pessoa Jurídica ou Pessoa Física, acompanhado da declaração do empregador relacionando às atividades desempenhadas pelo(a) candidato(a) e o período exclusivamente na área em que estiver concorrendo para fins de pontuação.

11.8.8 Se o(a) candidato(a) não apresentar **toda** a documentação necessária à comprovação da experiência profissional, na data/local/horas previstos no chamamento, não receberá a pontuação.

11.8.9 Se o(a) candidato(a) vier a apresentar algum dos documentos relacionados neste item e seus subitens em forma de recurso e/ou requerimento, estes não serão validados para fins de pontuação pela Comissão de Seleção Especial, a fim de não ferir o Princípio da Isonomia, em relação aos(às) demais candidatos(as) que apresentaram dentro do prazo.

11.9 Na prestação de serviço por meio de Recibo de Pagamento Autônomo (RPA)

11.9.1 Mediante apresentação de reprodução/cópia de Recibo de Pagamento Autônomo (RPA), sendo obrigatórios o primeiro e o último recibos do período trabalhado, acompanhados da declaração do contratante/beneficiário que informe a Razão Social e o número do CNPJ no caso de Pessoa Jurídica ou o nome completo e o número do CPF da Pessoa Física para a qual desenvolveu a atividade, e o período (com início e fim, se for o caso), a espécie de serviço prestado e a descrição das atividades, exclusivamente na especialidade em que estiver concorrendo, para fins de pontuação. Também se faz obrigatória a apresentação da certidão emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com a indicação da profissão,
(Avs Convc SvTT Nº 06-SSMR/11, de 08 JULHO 24 – Seleção de STT 2024/2025 Pag 27/74)

acompanhada do extrato de contribuições previdenciárias, exclusivamente na especialidade a que estiver concorrendo, com Firma reconhecida em cartório somente para a Declaração.

11.9.1.1 Somente serão aceitas certidões emitidas pelo INSS que contenham QR Code e/ou código de verificação/validação.

11.9.2 Somente serão aceitas as declarações emitidas pelo setor de Recursos Humanos do órgão ou setor equivalente.

11.9.2.1 Quando não existir setor de Recursos Humanos ou equivalente, serão aceitas declarações emitidas pelo(a) contador(a), desde que no documento venha identificado o nome completo do(a) profissional, nº do Cadastro Nacional de Pessoa Física e o seu respectivo registro junto ao órgão de classe.

11.9.2.2 Se ficar comprovada a existência de setor de Recursos Humanos ou equivalente, as declarações emitidas por contadores, conforme previsto no item 11.9.2.1, serão desvalidadas, acarretando, ainda, a perda da pontuação.

11.9.3 Se o(a) candidato(a) não apresentar **toda** a documentação necessária à comprovação da experiência profissional na data, no local e nos horários previstos no chamamento, não receberá a pontuação.

11.9.4 Se o(a) candidato(a) vier a apresentar algum dos documentos relacionados neste item e seus subitens em forma de recurso e/ou requerimento, será eliminado(a) quando se tratar da experiência mínima exigida e, nos demais casos, os documentos não serão validados para fins de pontuação pela Comissão de Seleção Especial, a fim de não ferir o Princípio da Isonomia, em relação aos(às) demais candidatos(as) que apresentaram dentro do prazo.

11.10 Na prestação de serviços como empresário individual, Micro e Pequeno Empreendedor Individual – MEI e Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI e/ou SLU (Sociedade Limitada Unipessoal) (não pode Sociedade de Empresas).

11.10.1 Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), em que conste o nome do(a)candidato(a) como responsável pela empresa.

11.10.2 As atividades econômicas principais e/ou secundárias descritas no CNPJ deverão estar relacionadas com o Curso Técnico ou Curso Superior, se for o caso, ao qual o(a) candidato(a) está concorrendo.

11.10.3 Extrato de contribuições emitido pelo Instituto Nacional de Seguro (INSS) que contenha QR Code e/ou código de verificação/validação;

11.10.4 Se o(a) candidato(a) não apresentar **toda** a documentação necessária à comprovação da experiência profissional, na data, no local e nos horários previstos no chamamento, não receberá a pontuação.

11.10.5 Se o(a) candidato(a) vier a apresentar algum dos documentos relacionados neste item e seus subitens em forma de recurso e/ou requerimento, será eliminado(a) quando se tratar da experiência mínima exigida e, nos demais casos, os documentos não serão validados para fins de pontuação pela Comissão de Seleção Especial, a fim de não ferir o Princípio da Isonomia, em relação aos(às) demais candidatos(as) que apresentaram dentro do prazo.

11.11 Em órgão/instituição pública

11.11.1 Documento Oficial emitido pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, em papel timbrado, com carimbo do órgão expedidor, datado e assinado pelo respectivo órgão de Gerência de Pessoas, que informe o período, com data completa de início e fim, se for o caso, com a descrição detalhada das atividades desenvolvidas, exclusivamente, na especialidade a que estiver concorrendo, para fins de pontuação.

11.11.2 Caso o documento previsto no subitem 11.11.1 não especifique a atividade desenvolvida nem o período, faz-se necessário apresentar, simultaneamente, declaração do empregador, relacionando as atividades desempenhadas pelo candidato, bem como o período.

11.11.3 Somente serão aceitas as declarações emitidas pelo setor de Recursos Humanos do Órgão ou equivalente.

11.11.4 Em caso de candidato(a) militar da ativa, a declaração deverá ser assinada pelo Comandante, Chefe ou Diretor da organização militar na qual serve.

11.11.5 Em caso de candidato(a) militar da reserva não-remunerada, a declaração prevista no item acima está dispensada, desde que as informações previstas nas Folhas de Alterações descrevam, de maneira pormenorizada, a experiência profissional.

11.11.6 Caso as Folhas de Alterações não descrevam de maneira pormenorizada a experiência profissional do(a) candidato(a) militar da reserva não-remunerada, a apresentação da declaração prevista no 11.13.4 se faz necessária, para fins de pontuação.

11.12 Os(As) candidatos(as) da área de saúde do meio civil também poderão comprovar a experiência profissional apresentando o histórico de vínculo extraído do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), disponível no sítio <http://cnes.datasus.gov.br/>, se for o caso, desde que as informações cadastradas na Ficha de Inscrição sejam compatíveis com os dados oficiais do Ministério da Saúde, responsável pelo cadastro.

11.12.1 Se o(a) candidato(a) não apresentar **toda** a documentação necessária à comprovação da experiência profissional, na data, no local e nos horários previstos no chamamento, não receberá a pontuação.

11.13 Se o(a) candidato(a) vier a apresentar algum dos documentos relacionados neste item e seus subitens em forma de recurso e/ou requerimento, este(a) será eliminado(a) quando se tratar da experiência mínima exigida e, nos demais casos, os documentos não serão validados para fins de pontuação pela Comissão de Seleção Especial, a fim de não ferir o Princípio da Isonomia, em relação aos(às) demais candidatos(as) que apresentaram dentro do prazo.

11.14 Não será considerada para fins de pontuação, em hipótese alguma, a experiência com o trabalho voluntário, estágio, monitoria ou bolsa de estudo e/ou pesquisa.

11.15 Quando se fizer necessária a apresentação das declarações previstas nos itens 11.8.2, 11.8.3.2 (se for o caso), 11.8.4 (se for o caso), 11.9.6, 11.10.1 e 11.11.1, o(a) candidato(a) deverá apresentar uma declaração para cada período cadastrado, exceto se o documento detalhar os respectivos períodos separadamente.

11.16 Ao informar a experiência profissional na Ficha de Inscrição, o(a) candidato(a) deverá cadastrar a Razão Social e o número do CNPJ, no caso de Pessoa Jurídica, e o nome completo e o número do CPF da Pessoa Física para quem desenvolveu a atividade.

11.17 Cursos realizados no exterior deverão ter a validação do Órgão de Classe ao qual o(a) candidato(a) está vinculado(a), se for o caso, sendo que pós-graduações *Strictu Sensu* deverão ser reconhecidas por instituições de ensino nacionais (Lei nº 9.394, de 1996) para poderem pontuar.

11.18 Os currículos entregues à Comissão de Seleção Especial do Serviço Técnico Temporário serão avaliados por uma equipe composta por militares especializados, conforme as áreas de atuação constantes desse Aviso.

ATENÇÃO: o resultado das eventuais perdas de pontuação da Avaliação Curricular estará disponível no sítio www.11rm.eb.mil.br, por meio do *link* de acesso da inscrição, no período destinado à interposição de recursos.

11.19 Para os(as) candidatos(as) que concorrem a cargos que exigem qualificação profissional regulamentada por lei, é obrigatório o registro no respectivo conselho ou ordem de profissionais, se houver.

11.20 Quando houver a necessidade da comprovação do registro profissional junto ao conselho de profissionais, será obrigatória a comprovação de regularidade junto ao órgão, que poderá ser feita por meio de declaração devidamente assinada ou com assinatura eletrônica qualificada, nos

termos da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, e da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

11.21 Para os(as) candidatos(as) que se enquadrem nos itens 11.19 e 11.20 e estiverem com registro profissional em outro Estado, será obrigatório, no ato da incorporação, comprovar o registro, bem como a regularidade junto ao Órgão de Classe na Unidade da Federação onde ocorrerá a incorporação (Distrito Federal, Goiás, Tocantins ou Minas Gerais), por meio de declaração devidamente assinada ou com assinatura eletrônica qualificada, nos termos da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, e da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

11.22 Quando o Conselho de Classe relativizar, dispensar, excepcionar ou tornar facultativo o registro junto ao Órgão, sem a possibilidade de caracterizar exercício ilegal da profissão, o(a) candidato(a) deverá apresentar cópia da Norma que relativiza, dispensa, excepciona ou torna facultativo o registro ou declaração/certidão do respectivo conselho, com a devida justificativa.

12. ETAPA III

12.1 Inspeção de Saúde (IS)

12.2 A fim de se evitarem gastos desnecessários, a orientação do Comando da 11ª Região Militar é a de que o(a) candidato(a) só deve providenciar os exames exigidos na Etapa III, após o chamamento para a Inspeção de Saúde.

12.2.1 Serão chamados(as) para a Etapa III e prosseguirão no processo seletivo os(as) candidatos(as) de maior pontuação na Validação da Avaliação Curricular (Etapa II).

12.3 A Inspeção de Saúde (IS) será realizada em locais, datas e horários conforme divulgação a ser veiculada no endereço eletrônico da 11ª Região Militar.

12.3.1 Via de regra, os(as) candidatos(as) realizarão a Inspeção de Saúde (IS) nas guarnições para onde se inscreveram, salvo nos casos previstos neste Aviso de Convocação e/ou se a administração militar emitir ordem contrária.

12.4 O(A) candidato(a) deverá comparecer ao local trajando roupa de banho por baixo (sunga ou biquíni), a fim de permitir a adequada Inspeção de Saúde.

12.5 Somente os(as) candidatos(as) selecionados para a Etapa III deverão apresentar os resultados dos exames originais e cópia, com laudo, relacionados a seguir, cuja realização será de sua responsabilidade e ônus, todos datados de, no máximo, 01 (um) mês de antecedência do dia previsto para a Inspeção de Saúde.

12.6 Exames de Sangue:

12.6.1 Hemograma completo;

- 12.6.2 Tipagem sanguínea e fator Rh;
- 12.6.3 Coagulograma completo;
- 12.6.4. Colesterol total e frações;
- 12.6.5 Triglicerídeos;
- 12.6.6 Glicemia de Jejum;
- 12.6.6.1 Glicemia de 2 horas (pós-prandial);
- 12.6.7 Ureia e creatinina;
- 12.6.8 TGO e TGP;
- 12.6.9 Antígeno Prostático Específico – PSA (apenas para candidatos do sexo masculino);
- 12.6.10 Teste de gravidez B-HCG sanguíneo (apenas para candidatas do sexo feminino);
- 12.6.11 Sorologia para sífilis: VDRL;
- 12.6.12 Sorologia para Doença de Chagas (IGG e IGM);
- 12.6.13 Sorologia para hepatite B (HbsAg e Anti-Hbc: IgG e IgM);
- 12.6.14 Sorologia para hepatite C;
- 12.6.15 Sorologia para HIV;
- 12.7 Sumário de urina;

12.8 Parasitológico de fezes;

12.9 Colpocitologia oncológica (apenas para candidatas do sexo feminino);

Parágrafo único. No caso de impedimento para ser submetida ao Exame de Colpocitologia oncológica, a candidata obrigatoriamente deverá apresentar laudo médico, especializado de ginecologista, que afirme a condição de virgem e relate a saúde física após a realização de exame.

12.10 Laudo de exame oftalmológico, com acuidade visual, fundoscopia, tonometria (medida de pressão ocular) e avaliação cromática, devendo constar, no caso de patologia oftalmológica, a receita médica e a prescrição de correção;

12.11 Audiometria com laudo;

12.12 Eletroencefalograma com laudo;

12.13 Teste ergométrico com laudo;

12.14 Exames de imagem:

12.14.1 Ecocardiograma com Doppler colorido com laudo;

12.14.2 Ressonância Nuclear Magnética dos joelhos (bilateral) com laudo;

12.14.3 Radiografia da coluna, conforme exigências abaixo:

a. radiografia de coluna cervical com laudo e imagem;

b. radiografia da coluna torácica com laudo e imagem;

c. radiografia da coluna lombar com laudo e imagem; e

d. radiografias da coluna deverão obrigatoriamente conter a descrição dos ângulos COBBS E FERGUSON em caso de desvios da coluna.

12.14.4 Radiografia dos campos pleuropulmonares com laudo;

12.14.5 Ultrassonografia mamária com laudo, apenas para candidatas do sexo feminino;

12.14.6 Radiografia panorâmica das arcadas dentárias com laudo especializado.

12.14.7 Monitorização Ambulatorial da Pressão Arterial (MAPA) com laudo;

12.15 Exame de Aptidão Psicológica para Manuseio de Armas de Fogo realizado por psicólogos credenciados pela Polícia Federal, com parecer sobre a saúde mental do(a) candidato(a) em atividade que envolve o uso de armamento;

12.15.1 A lista das clínicas/psicólogos credenciados pela Polícia Federal pode ser consultada no sítio www.pf.gov.br.

12.16 Por ocasião da Inspeção de Saúde (IS) ou Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (ISGR), poderão ser exigidos exames complementares, caso necessário, mediante justificativa.

12.17 São causas de incapacidade, por motivo de saúde, as patologias existentes previstas no Decreto nº 703, de 22 de dezembro de 1992, que altera as Instruções Gerais para a Inspeção de Saúde de Conscritos nas Forças Armadas (IGISC), aprovadas pelo Decreto nº 60.822, de 7 de junho de 1967, e alteradas pelo Decreto nº 63.078, de 5 de agosto de 1968, e Anexo XI das IRPMASEx, aprovadas pela Portaria- DGP/C Ex Nº 461, de 20 de setembro de 2023.

12.18 Ainda, será considerado incapaz ao Exame Médico o candidato que apresentar:

12.18.1 Para candidatos do sexo masculino: altura inferior a 1,60 m e para candidatas do sexo feminino: altura inferior a 1,55 m;

12.18.2 Baixo peso, evidenciado através do rastreio pelo Índice de Massa Corpórea (IMC) abaixo de 18,5, pela OMS;

12.18.3 Obesidade (endógena, secundária ou exógena) conforme critérios abaixo:

12.18.3.1 Obesidade (endógena, secundária ou exógena), evidenciada através do rastreio pelo Índice de Massa Corpórea (IMC) igual ou superior a 30 pela OMS, associada à evidência de adiposidade com distribuição anormal (CA – cintura abdominal-ao final da expiração e em seu maior perímetro entre a última costela e a crista ilíaca superior a 102 cm no homem e 88 cm na mulher e Relação cintura estatura < 0,5, devendo a CA ser menor que metade da estatura);

12.18.3.2 Obesidade (endógena, secundária ou exógena), evidenciada através do rastreio pelo Índice de Massa Corpórea (IMC) igual ou superior a 30 pela OMS, associada a um ou mais fatores de risco cardiológicos e marcadores cardiometabólicos (dislipidemia, evidência de doença arterial
(Avs Convc SvTT Nº 06-SSMR/11, de 08 JULHO 24 – Seleção de STT 2024/2025 Pag 33/74)

aterosclerótica, hipertensão, pré-diabetes ou resistência à insulina, diabetes, síndrome metabólica, tabagismo, história familiar de DAC precoce, histórico de trombozes, alteração do perfil inflamatório, hipotireoidismo, gordura hepática);

12.18.3.3 Obesidade (endógena, secundária ou exógena), evidenciada através do rastreamento pelo Índice de Massa Corpórea (IMC) igual ou superior a 30 pela OMS, associada a alterações ortopédicas;

12.18.3.4 Obesidade (endógena, secundária ou exógena), evidenciada através do rastreamento pelo Índice de Massa Corpórea (IMC) igual ou superior a 30 pela OMS, associada a Apneia do sono. O risco pode ser predito pela medida da circunferência cervical na altura da cartilagem cricotireoidea, ajustada para fatores de risco: hipertensão (somar 4), ronco (somar 3), sufocamento ou falta de ar na maioria das noites (somar 3). A circunferência cervical ajustada > 48cm indica alta probabilidade de SAOS;

12.18.3.5 Obesidade (endógena, secundária ou exógena), evidenciada através do rastreamento pelo Índice de Massa Corpórea (IMC) igual ou superior a 30 pela OMS, associada a doença da vesícula biliar;

12.18.3.6 Sendo verificada presença de Obesidade pelo rastreamento com IMC, medida da CA e relação cintura-estatura, o perito poderá indicar avaliação complementar com outros exames.

12.18.4 Doenças do Metabolismo e Sistema Endócrino:

12.18.4.1 Diabetes Insipidus;

12.18.4.2 Pré-diabetes ou Resistência à Insulina;

12.18.4.3 Hipertireoidismo;

12.18.4.4 Hipotireoidismo rebelde ao tratamento;

12.18.4.5 Erros Inatos ao Metabolismo;

12.18.4.6 Síndrome Metabólica, conforme critérios da *International Federation of Diabetes* (IDF): presença de Obesidade caracterizada pela menção da circunferência abdominal > 94 cm no homem e > 80 cm na mulher e mais 2 fatores: pressão sanguínea > ou igual a 130/85mmHg ou se estiver utilizando algum medicamento para reduzir a pressão arterial; Triglicérides > ou igual a 150mg/dl; HDL < 40mg/dl em homens e < 50mg/dl na mulher; Glicemia > ou igual 100 mg/dl ou DM diagnosticada;

12.18.5 Doenças do Sistema Hematopoiético: Hemoglobinopatia, Hemoglobina menor ou igual a 12g/dl, Hemofilia, Púrpura, Anticoagulação e outros Distúrbios da Coagulação Sanguínea;

12.18.6 Doenças Genéticas: qualquer Síndrome Genética;

12.18.7 Doenças Psiquiátricas: Transtornos Depressivos Recorrentes; Transtornos de Adaptação; Transtorno Afetivo Bipolar; Esquizofrenia;

12.18.8 Doenças Neurológicas: Epilepsias em uso de medicação (em vigência de tratamento); Distúrbios da Fala (afasia, disartria, anartria); Paralisia Facial, quando persistente e incompatível com a função militar;

12.18.9 Doenças do Aparelho Visual: Ceratocone; Estrabismo com desvio superior a 10º; Catarata; Glaucoma; Distúrbios de Refração: Miopia Acentuada (acima de 6 graus), Astigmatismo Acentuado (acima de 3 graus), Hipermetropia (acima de 6 graus), associação entre essas condições;

12.18.10 Doenças do Aparelho Auditivo: Audiometria: audibilidade inferior a 35 dB (decibéis) em um ou ambos os ouvidos, separadamente, nas frequências que variam de 250 a 6000Hz; e

12.18.11 Doenças do Aparelho Circulatório:

12.18.11.1 Hipercolesterolemia Familiar: condição genética caracterizada por níveis muito elevados de LDL-C. Indivíduos adultos com valores de Colesterol Total (CT) $\geq 310\text{mg/dL}$;

12.18.11.2 Níveis classificados como alto ou muito alto de CT, LDL-C, TG e Colesterol não-HDL: CT maior ou igual a 240mg/dL e/ou LDL-C maior ou igual a 160mg/dL e/ou TG maior ou igual a 200mg/dL e/ou Colesterol não-HDL maior ou igual a 160mg/dL; e

12.18.11.3 Estratificação de risco cardiovascular intermediário a alto ou muito alto, conforme Escore de Risco Global (ERG) de Framingham, descritos abaixo:

– **Risco Muito Alto:** indivíduos que apresentam doença aterosclerótica significativa (>50% de obstrução), com ou sem sintomas clínicos, em território: coronário, cerebrovascular ou vascular periférico;

– **Risco Alto:** ERG>20% em homens ou > 10% em mulheres ou Aterosclerose subclínica documentada através de exames ou Aneurisma de Aorta abdominal ou Doença Renal Crônica. Ou LDL-c $\geq 190\text{ mg/dL}$ ou Diabetes tipo I ou 2, com LDL-c entre 70 e 189 mg/dL e presença de Estratificadores de Risco (ER*) ou Doença Aterosclerótica Subclínica (DASC**); e

12.18.11.4 Idade ≥ 48 anos no homem e ≥ 54 anos na mulher; tempo de diagnóstico do diabetes > 10 anos; histórico familiar de parente de primeiro grau com DCV prematura (< 55 anos para homem e < 65 anos para mulher); tabagismo (pelo menos um cigarro no último mês); hipertensão arterial sistêmica; síndrome metabólica (SM); presença de albuminúria > 30 mg/g de creatinina e/ou retinopatia; taxa de filtração glomerular < 60 mL/min.

12.18.11.5 Ultrassonografia de carótidas com presença de placa > 1,5 mm; ITB < 0,9; escore de cálcio coronário > 10 unidades Agatston; presença de placas ateroscleróticas na angiotomografia
(Avs Convc SvTT Nº 06-SSMR/11, de 08 JULHO 24 – Seleção de STT 2024/2025 Pag 35/74)

de coronárias; LDL-c entre 70 e 189 mg/dL, com escore de risco global do sexo masculino > 20% e > 10% para o sexo feminino.

– **Risco Intermediário:** ERG entre 5 e 20% no sexo masculino e entre 5 e 10% no sexo feminino.

Portadores de Diabetes Mellitus (DM) sem critérios de DASC ou a presença dos ER.

12.18.11.6 Embolias; Tromboses; Síndrome Pós-Covid;

12.19 Doenças do Aparelho Digestivo: Colelitíase; Doenças de Crohn; Retocolite Ulcerativa; Diverticulite; Hepatopatias Ativas ou Crônicas; Hepatopatias que cursem com Provas de Função Hepática alteradas;

12.20 Doenças do Aparelho Gêrito-Urinário: Síndrome Nefrítica Aguda;

12.21 Doenças da Pele: Varizes Extensas; Hanseníase; Doenças desencadeadas ou agravadas pela exposição à luz solar;

12.22 Doenças do Sistema Osteomuscular e Tecido Conjuntivo:

12.22.1 Lesões Osteoarticulares como Condromalácia ou Condropatia que sejam Moderadas ou Graves (de Graus III ou IV) em um ou ambos os joelhos;

12.22.2 Rotura atual ou prévia Completa ou Incompleta de qualquer dos Ligamentos do Joelho ou Estiramento dos mesmos;

12.22.3 Presença de Cisto Poplíteo ou cisto de Backer volumoso, roto, comunicante, ou associado a limitação funcional;

12.22.4 Gonartrose;

12.22.5 Rotura Atual ou Prévia, Completa ou Incompleta de qualquer dos Meniscos;

12.22.6 Meniscose;

12.22.7 Encondroma e Osteocondroma;

12.22.8 Fibromialgia;

12.22.9 Malformação articular, transtornos funcionais da patela e/ ou estruturas adjacentes;

12.22.10 Discopatia, Protusão Discal; Hipoplasia de Disco; Hérnia de Disco; Degeneração de Estrutura Vertebral qualquer que seja;

12.22.11 Presença de sinais de Artrose; Uncoartrose; Osteofitose; Sinais de Redução do Espaço Discal; Anterolistese; Retrolistese; Deslizamento lateral de vértebra; Espondilólise; Espondilolistese; Anquilose; Malformações ósseas e osteoarticulares;

12.22.12 Fraturas;

12.23 E quaisquer patologias que sejam consideradas pela perícia médica militar, temporariamente (pós-operatórios, fraturas, doenças agudas, puerpério, entre outras), ou

definitivamente, incompatíveis com o Serviço Militar e/ou com o desempenho das funções militares.

12.24 Caso considere necessário, por ocasião da IS, o(a) candidato(a) poderá, espontaneamente, apresentar radiografias, exames, laudos diversos dos listados no item 12.6 e seus subitens, não obtendo nenhum tipo de vantagem em decorrência da referida apresentação e permanecendo obrigado(a) a apresentar todos os exames listados neste Aviso de Convocação.

12.25 O(A) candidato(a) que não apresentar todos os exames médicos complementares exigidos, até a data fixada pela CSE para a Inspeção de Saúde, será considerado(a) eliminado(a) do processo seletivo. Considera-se “data fixada pela CSE” o dia e a hora que será disponibilizado através do site da Região Militar, em Comunicado e Convocações (Chamada para a inspeção de saúde).

12.26 Na ausência das cópias dos exames e cópias dos laudos exigidos para a inspeção de saúde, os originais poderão ficar retidos;

12.27 A existência de tatuagem no corpo do(a) candidato(a) que faça alusão a ideologia terrorista ou extremista (contrária às instituições democráticas); à violência; à criminalidade; à ideia ou a ato libidinoso; a discriminação ou a preconceito de raça, credo, sexo ou origem ou, ainda, a ideia ou a ato ofensivo às Forças Armadas, configura-se motivo para eliminação do(a) candidato(a) ao Serviço Militar Temporário.

12.28 Mulheres gestantes não podem ser incorporadas ao EBST, devido às atividades militares a serem desenvolvidas, observando-se o descrito a seguir:

12.28.1 No caso de novas convocações, dentro do prazo de validade do mesmo certame, a candidata gestante preterida, cessado o impedimento causado pela gravidez, terá seu direito resguardado de adiamento do exame até a última convocação do processo seletivo subsequente.

12.28.2 A candidata preterida no processo seletivo ao qual se inscreveu, pode retornar ao processo seletivo imediatamente subsequente, desde que cessada a condição impeditiva à sua incorporação. Para isso:

12.28.3 Deve-se inscrever no processo seletivo imediatamente posterior, para a mesma área e mesma guarnição postulada anteriormente, o que caracteriza sua intenção de retornar ao processo de seleção, não lhe sendo exigido o pagamento de nova taxa de inscrição, caso cobrada, e nem submissão à nova avaliação curricular/teste de conhecimentos; e

12.28.4 A candidata concorrerá em igual condição aos demais candidatos do processo seletivo subsequente, sendo obrigatória a realização de IS e EAF, observados todos os requisitos para incorporação.

12.29 Os candidatos(as) do serviço ativo do Exército Brasileiro concorrerão em igualdade de condições com os demais participantes do processo seletivo. A realização da IS é obrigatória, não sendo a Ata de Inspeção de Saúde considerada para este fim. Os militares do serviço ativo devem apresentar os exames exigidos na Etapa III, conforme os demais candidatos.

12.30 O(A) candidato(a) será considerado(a) desistente e eliminado(a) da seleção se, mesmo por motivo de força maior:

12.30.1 faltar à Inspeção de Saúde (IS) ou à Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (ISGR);

12.30.2 deixar de apresentar parte e/ou os laudos e exames médicos complementares exigidos, até a data fixada pela CSE, para a Inspeção de Saúde (IS) ou para a Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (ISGR); ou

12.30.3 não concluir a Inspeção de Saúde (IS) ou a Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (ISGR).

12.31 A Inspeção de Saúde possui caráter eliminatório.

12.32 O(a) candidato(a), antes da sua incorporação, no período destinado às medidas administrativas, será submetido a uma entrevista e uma visita médica na organização militar da primeira fase, do respectivo estágio. No caso de detecção de alguma alteração clínica que comprometa a incorporação, o(a) candidato(a) poderá ser encaminhado (a) para Inspeção de Saúde em Grau de Recurso, por solicitação da Administração Militar, visando à ratificação ou retificação do parecer anteriormente emitido e demais providências decorrentes.

12.33 A perícia não poderá ser filmada ou gravada pelo periciando sem prévia anuência das partes, conforme Processo-consulta CFM nº15/2021- Parecer CFM Nº11/2021 de 05 de outubro de 2021, devendo, pois, contar com a concordância do médico, conforme Despacho SEJUR/CFM Nº 386/2016, de 11 de junho de 2016.

12.33.1 O(a) candidato(a) que filmar ou gravar a perícia médica sem anuência do médico, será eliminado(a) do processo seletivo.

13. ETAPA IV

13.1 Exame de Aptidão Física (EAF)

13.2 Serão chamados para a Etapa IV e prosseguirão no processo seletivo os(as) candidatos(as) de maior pontuação na Validação da Avaliação Curricular (Etapa II) que foram considerados(as) Aptos(as) na Inspeção de Saúde ou na Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (Etapa III), conforme a necessidade da 11ª Região Militar.

13.3 O(A) candidato(a) deverá comparecer em data, local e horário a serem divulgados no sítio da 11ª Região Militar, trajando calça, camisa com manga e calçado fechado e portar roupa apropriada para a prática de atividade física.

ATENÇÃO: antes da execução das atividades, o(a) candidato(a) será conduzido ao vestiário para que possa se trocar.

13.4 O Exame de Aptidão Física possui caráter eliminatório, constituindo-se em mera avaliação das condições mínimas de higidez física dos(as) candidatos(as). Em caso de posterior incorporação, será exigido padrão de aptidão física superior, de acordo com a legislação específica do Comando do Exército, que regula os Testes de Avaliação Física (TAF), realizados três vezes ao ano.

13.4.1 Caso o(a) candidato(a) logre êxito em todas as etapas do processo seletivo e seja, posteriormente, convocado(a) para incorporação, este(a) realizará semanalmente o Treinamento Físico Militar (TFM), sendo-lhe exigido padrão de aptidão física superior, de acordo com a legislação em vigor do Comando do Exército, que regula os Testes de Avaliação Física (TAF), realizados três vezes ao ano, com índices que podem variar de acordo com a idade do militar, **por exemplo:**

Segmento	Corrida	Abdominal	Flexão de Braços	Flexão na barra
Masculino	2300 a 3200	35 a 74	18 a 39	3 a 12
Feminino	1750 a 2600	27 a 67	13 a 35	-

13.4.2 Ressalta-se que a suficiência nos Testes de Avaliação Física (TAF), realizados ao longo do ano, constitui condição *sine qua non* para a avaliação dos militares, bem como para o deferimento da(s) prorrogação(ões) sucessiva(s).

13.5 O estado de gravidez deverá ser, obrigatoriamente, comunicado pela candidata ao Chefe da Comissão de Aplicação do Exame de Aptidão Física. Problemas decorrentes da não comunicação serão da responsabilidade exclusiva da candidata.

13.5.1 Não haverá 2ª Chamada para o Exame de Aptidão Física (EAF).

13.6 O EAF será gravado e o respectivo registro será conservado, até 01 (um) ano, após o final do certame.

13.7 Durante a realização do Exame de Aptidão Física, será permitido executar 02 (duas) tentativas em cada uma das tarefas, com intervalos de uma hora para descanso, exceto a corrida de 12 (doze) minutos, que deverá ser realizada com intervalo mínimo de 01 (um) dia.

13.8 O(A) candidato(a) reprovado(a), mesmo após as duas tentativas, em qualquer uma das tarefas, tem direito a uma última tentativa, em data determinada pela Comissão de Aplicação do Exame de Aptidão Física.

13.8.1 Para a realização da tentativa prevista no subitem 13.8, o(a) candidato(a) deve solicitá-la, por escrito, ao chefe da Comissão de Aplicação do Exame de Aptidão Física.

13.8.2 A solicitação prevista no subitem 13.8.1 deverá ser entregue no mesmo turno, local e dia, em que o(a) candidato(a) tenha sido considerado(a) inapto(a) na segunda tentativa.

13.8.3 A terceira e última tentativa referente ao item 13.8 deverá ser marcada pela Comissão de Aplicação do Exame de Aptidão Física, a partir do dia seguinte à data da solicitação.

13.9 No sítio da 11ª Região Militar, encontram-se vídeos apresentando a correta execução de cada exercício físico, exigido no processo de seleção.

13.10 A aptidão física será expressa pelo conceito Apto(a) ou Inapto(a), conforme as condições de execução e os índices mínimos discriminados.

13.11 Para os(as) candidatos(as) que já pertençam ao serviço ativo do Exército, bastará a comprovação do conceito mínimo “B” no último TAF, desde que efetivamente realizado pelo(a) candidato(a) há menos de 90 (noventa) dias da data prevista para a realização do EAF.

13.11.1 Não será aceita a comprovação de conceito obtido por meio de “repetição do resultado do TAF anterior”, prevista no caso de incapacidade física temporária do militar.

13.11.2 A comprovação mencionada no item 13.11 dar-se-á mediante DIEx do Comandante da OM, endereçado ao Chefe do Estado-Maior da 11ª Região Militar encaminhando cópia autenticada da folha do Boletim Interno (BI) no qual foi publicado o referido conceito e deverá ser entregue pessoalmente pelo(a) candidato(a) na CSE em data/hora prevista para a realização do EAF.

13.12 Caso o(a) candidato(a) militar não atenda ao exigido nos subitens 13.11.1 e 13.11.2, será submetido(a) às mesmas tarefas que os(as) demais candidatos(as), na data e hora prevista para a realização do EAF.

13.13 As tarefas estabelecidas para o EAF são realizadas pelo(a) candidato(a) com traje esportivo, em movimentos sequenciais padronizados, de forma contínua e execução segundo a legislação em vigor no Comando do Exército.

13.14 Flexão de braços sobre o solo, sem limite de tempo

13.14.1 Para candidatos do sexo masculino:

13.14.1.1 Posição inicial: o candidato deverá tomar a posição com apoio de frente sobre o solo, braços e pernas estendidos.

13.14.1.2 Execução: o candidato deverá realizar sucessivas flexões de braço, sem qualquer interrupção, no seu ritmo próprio, retornando à posição inicial, sem que o tronco e os joelhos toquem no solo, devendo a linha dos cotovelos ultrapassar o plano superior das costas.

13.14.2 Para candidatas do sexo feminino:

13.14.2.1 Posição inicial: a candidata deverá tomar a posição com apoio de frente sobre o solo, utilizando-se das mãos e dos joelhos, mantendo os cotovelos estendidos e joelhos unidos.

13.14.2.2 Execução: a candidata deverá flexionar e estender os cotovelos, realizando sucessivas flexões de braço, sem qualquer interrupção, no seu ritmo próprio, retornando à posição inicial, mantendo o apoio dos joelhos no solo, devendo a linha dos cotovelos ultrapassar o plano superior das costas.

13.15 Abdominal supra, sem limite de tempo: (para ambos os sexos)

13.15.1 Posição inicial: o(a) candidato(a) deverá tomar a posição deitado em decúbito dorsal, joelhos flexionados, pés apoiados no solo, calcanhares próximos aos glúteos, braços cruzados sobre o peito, de forma que as mãos encostem no ombro oposto (mão esquerda no ombro direito e vice-versa). O avaliador deverá colocar-se ao lado do avaliado, posicionando os dedos de sua mão espalmada, perpendicularmente, sob o tronco do avaliado a uma distância de quatro dedos de sua axila, tangenciando o limite inferior da escápula (omoplata). Esta posição deverá ser mantida durante toda a realização do exercício.

13.15.2 Execução: o(a) candidato(a) deverá realizar a flexão abdominal até que as escápulas percam o contato com a mão do avaliador e retornar à posição inicial, quando será completada uma repetição. Cada candidato deverá executar o número máximo de flexões abdominais sucessivas, no seu ritmo próprio, sem interrupção do movimento e sem limite de tempo, não podendo retirar os quadris do solo e nem obter impulso com os braços ao afastá-los do tronco.

13.16 Corrida livre, no tempo de 12 (doze) minutos: (para ambos os sexos)

13.16.1 Local: em pista ou circuito de piso regular e predominantemente plano.

13.16.2 Execução: partindo da posição inicial de pé, o(a) candidato(a) deverá correr ou andar no tempo de 12 (doze) minutos, podendo haver ou não interrupções ou modificações do ritmo de corrida, sendo proibido acompanhar o(a) executante para ajudá-lo(a), por quem quer que seja e em qualquer momento da prova. Admitem-se eventuais paradas ou a execução de trechos em marcha.

13.17 As tarefas serão realizadas em 02 (dois) dias consecutivos e na ordem abaixo especificada, estabelecendo-se os seguintes índices mínimos:

Segmento	1º Dia		2º Dia
	Flexão de Braços	Abdominal Supra	Corrida (12 Minutos)
Masculino	10 (dez)	20 (vinte)	1.800 (mil e oitocentos) metros
Feminino	6 (seis)	14 (quatorze)	1.600 (mil e seiscientos) metros

14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1 Após cada etapa do processo seletivo, serão divulgados, no sítio da 11ª RM, www.11rm.eb.mil.br, o resultado, a pontuação e a classificação dos(as) candidatos(as). Os(As) candidatos(as) poderão interpor recursos administrativos num prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do dia seguinte à divulgação do resultado.

14.2 Os recursos administrativos interpostos deverão ser preenchidos e apresentados em duas vias de acordo com o Anexo L.

14.3 Os recursos deverão conter:

14.3.1 nome completo e o “código do candidato(a)” (constante da ficha de inscrição);

14.3.2 endereço;

14.3.3 número do CPF;

14.3.4 objeto do recurso; e

14.3.5 exposição fundamentada a respeito dos problemas verificados.

14.4 Os recursos administrativos deverão ser endereçados ao Comandante da 11ª Região Militar.

14.5 A entrega do Recurso Administrativo deverá ser protocolizada pessoalmente ou por meio de procurador legalmente constituído para este fim, na guarnição onde o(a) candidato(a) concorre, nos endereços abaixo relacionados:

Guarnição	Organização Militar (OM)	Endereço	Local e Horário
Brasília – DF	Comando da 11ª Região Militar	Avenida do Exército, S/N, QG do Comando Militar do Planalto/11ªRM, Setor Militar Urbano (SMU) – Brasília DF	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h e das 13h às 16h20 e na 6ª feira, das 08h às 11h30)
Goiânia – GO	Base Administrativa do Comando de Operação	Avenida Salvador, S/	No Protocolo-Geral (2ª a

	Especiais	N, Jardim Guanabara I Goiânia - GO	5ª feira, das 9h às 11h30 e das 13h às 16h45 e na 6ª feira, das 08h às 11h45)
Formosa – GO	Centro de Logística de Mísseis e Foguetes	BR 020, KM 7, Zona Rural, Formosa – GO	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h30 e das 13h às 16h45 e na 6ª feira, das 08h às 11h45)
Jataí – GO	41º Batalhão de Infantaria Motorizada	Vila Olavo, S/N	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h30 e das 13h às 16h45 e na 6ª feira, das 08h às 11h45)
Araguari – MG	2º Batalhão Ferroviário	Rua Professora Lourdes Naves, nº 750, Bairro Santo Antônio – Araguari MG	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h30 e das 13h às 16h45 e na 6ª feira, das 08h às 11h45)
Palmas – TO	22º Batalhão de Infantaria	Fazenda Brejo Comprido, Areia 1- Zona Rural Palmas – TO	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h30min e das 13h às 16h45min e nas 6ªfeira, das 08h às 11h45min)
Cristalina – GO	Comando da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada	Rua Visconde Mauá, Centro, Cristalina - GO	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h30 e das 13h às 16h45 e na 6ª feira, das 08h às 11h45)
Uberlândia – MG	36º Batalhão de Infantaria Motorizada	Avenida Aspirante Mega, nº 731, Bairro Jaraguá. Uberlândia (MG)	Protocolo-Geral (2ª a 5ª das 9h às 11h e das 13h às 16h e na 6ª das 08h às 11h45min).

14.6 O horário de funcionamento dos protocolos é o mesmo constante da tabela acima.

14.7 No caso de recursos quanto ao resultado da Inspeção de Saúde:

14.7.1 O(A) candidato(a) julgado(a) incapaz na Inspeção de Saúde (IS) poderá, a seu critério, requerer Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (ISGRcs), num prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do dia seguinte à divulgação do resultado da inspeção no sítio www.11rm.eb.mil.br.

Destaque-se, que essa solicitação será analisada pela área médica, podendo ser deferida ou
(Avs Convc SvTT Nº 06-SSMR/11, de 08 JULHO 24 – Seleção de STT 2024/2025 Pag 43/74)

indeferida. A JISRec realizará nova perícia médica, autônoma, que poderá ratificar ou retificar o parecer previamente emitido, ou apontar outros motivos de incapacidade.

14.7.2 O(A) candidato(a) deverá, obrigatoriamente, fundamentar o seu pedido por exposição de motivos e pela apresentação de documentação (laudos, exames, pareceres, etc), que justifiquem sua discordância quanto ao resultado da Inspeção de Saúde.

14.7.3 O(A) candidato(a) deverá apresentar-se na Junta de Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (JISR), que funcionará na cidade de Brasília(DF), na data a ser marcada oportunamente, a fim de ser realizada nova inspeção de saúde.

14.7.4 Toda a documentação (laudos, exames, pareceres etc.) apresentada à JISR, no momento da Inspeção de Saúde em Grau de Recurso, deverá conter o documento original e uma cópia.

14.7.5 O(A) candidato(a) também deverá portar todos os exames/laudos apresentados por ocasião da IS.

14.7.6 Não serão considerados os recursos formulados fora do prazo ou que não contenham os elementos indicados no presente item deste Aviso.

14.7.7 Não serão aceitos recursos por via postal, fax ou pela internet.

14.7.8 O(A) candidato(a) no período destinado à interposição de recursos, previsto no item 14 e seus subitens, terá acesso à sua Ficha de Avaliação Curricular para verificar/questionar a Validação da Avaliação, a Inspeção de Saúde e o Exame de Aptidão Física e, se for o caso, contrapor-se as estes.

14.7.9 A consulta descrita no item acima poderá ser realizada por meio do sítio www.11rm.eb.mil.br.

14.7.9.1 É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) realizar o acompanhamento das informações inseridas na Ficha de Avaliação.

14.7.9.2 O resultado dos eventuais Recursos Administrativos será publicado no sítio www.11rm.eb.mil.br, de acordo com o previsto no Anexo A.

15. DAS CAUSAS DE ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO(A)

15.1 O(A) candidato(a) será eliminado(a) da seleção se não atender às prescrições deste Aviso de Convocação, sobretudo as listadas nos subitens abaixo.

15.2 Não pagar a taxa de inscrição no prazo previsto, se dela não estiver isento(a).

15.3 Atrasar-se ou faltar a qualquer das atividades/chamamentos previstos no processo seletivo e disponibilizadas no sítio da 11ª Região Militar: www.11rm.eb.mil.br.

15.4 Cabe ao(à) candidato(a) a responsabilidade de acompanhar os avisos, esclarecimentos, chamamentos e publicações disponibilizados no sítio da 11ª Região Militar até o encerramento do referido processo seletivo.

15.5 Não apresentar os documentos especificados nos itens 10.9.1, 10.9.2 (se for o caso), 10.9.4, 10.9.5, 10.9.6, 10.9.7, 10.9.8, 10.9.9 (apenas para o segmento feminino), 10.9.10, 10.9.11 (se for o caso), 10.9.12, 10.9.13, 10.9.14, 10.9.15, 10.9.16, 10.9.17, 10.9.18, 10.9.19 (se for o caso), 10.9.20, 10.9.22 (candidatos que já serviram como Praça), 10.9.23, 10.9.24, 10.9.25 (se for o caso), 10.9.26 (quando houver), 10.9.26.1 (se for o caso), 10.9.26.2 (se for o caso), 10.9.26.3 (se for o caso), 10.9.26.4 (se for o caso), 10.9.27, 10.9.28 (se for o caso), 10.9.33 (se for o caso), 10.9.33.3 (se for o caso) e 10.10.

15.6 Se o(a) candidato(a) deixar de apresentar algum dos documentos relacionados no subitem anterior, estará eliminado(a) do processo seletivo.

15.7 Se o(a) candidato(a) vier a apresentar algum dos documentos relacionados no item/subitem anterior em forma de Recurso, continuará eliminado(a), a fim de não ferir o Princípio da Isonomia, em relação aos(às) demais candidatos(as) que apresentaram dentro do prazo.

15.8 Faltar a qualquer uma das fases;

15.9 Não apresentar os laudos dos exames, no todo ou em parte, por ocasião da Inspeção de Saúde e/ou da Inspeção de Saúde em Grau de Recurso.

15.10 Não concluir a Inspeção de Saúde ou a Inspeção de Saúde em Grau de Recurso.

15.11 Agir com incorreção ou descortesia para com qualquer membro da equipe encarregada da aplicação dos exames e testes.

15.12 Utilizar ou tentar utilizar meios não permitidos, fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros em quaisquer etapas do processo seletivo, bem como praticar ou tentar praticar ato que provoque distúrbio ou prejuízo ao bom andamento do presente processo seletivo.

15.13 For surpreendido(a) utilizando-se ou tentando utilizar-se de meios não permitidos ou fraudulentos para obter aprovação própria ou de terceiros em quaisquer etapas do processo seletivo.

15.14 For responsável por falsa identificação pessoal.

15.15 Não comprovar o registro/regularidade no respectivo conselho ou ordem de profissionais, quando candidato(a) a cargo que exige qualificação profissional regulamentada por Lei, quando existir.

15.16 O(A) candidato(a) que faltar ao EAF, não vier a completá-lo ou chegar após o início da primeira tarefa do dia, mesmo que por motivo de força maior, é considerado(a) desistente e eliminado(a) da seleção.

15.17 Não apresentar o parecer favorável assinado pelo Comandante, Chefe ou Diretor da Organização Militar (OM), não sendo aceito documento assinado por outra autoridade.

15.18 Ter sido licenciado(a), conforme prescrevem os incisos II, III e IV do artigo 180 da Portaria nº 407 – DGP, de 25 de julho de 2022 – Normas Técnicas para Inscrição, Seleção, Convocação, Distribuição e Prestação do Serviço Militar Temporário (EB30-N-30.009).

15.19 Com o propósito de verificar se o(a) candidato(a) preenche os requisitos de idoneidade moral e de bons antecedentes de conduta para o ingresso no Exército Brasileiro, poderá ser feita uma verificação biográfica por meio de consultas às Secretarias de Segurança Pública Estaduais, às Superintendências Regionais do Departamento de Polícia Federal, dentre outros órgãos.

15.19.1 A verificação biográfica poderá ser realizada ao final de cada etapa do processo seletivo.

15.19.2 Se, durante a verificação biográfica, for constatado que o(a) candidato(a) não preenche os requisitos de idoneidade moral e bons antecedentes de conduta, este(a) será eliminado(a) do processo seletivo.

15.19.3 Cabe ressaltar que, durante todo o processo seletivo, o(a) candidato(a) poderá ser eliminado(a) se não atender aos requisitos de idoneidade moral e boa conduta.

15.20 Não atender às prescrições do presente Aviso.

15.21 O(A) candidato(a) que apresentar documento falso, inidôneo ou firmar declaração falsa no âmbito deste processo seletivo, terá sua inscrição e todos os atos dela decorrentes anulados e estará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis, nos termos do artigo 3º, parágrafo 2º da Lei nº 13.726, de 2018.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 O(A) candidato(a) deverá assinar a lista de presença, em que deverá constar data, hora e identificação do militar responsável pelo atendimento, em todas as etapas do processo seletivo, de acordo com a assinatura constante do documento de identificação oficial com foto, sendo vedada apenas a rubrica.

16.2 A divulgação oficial a respeito de datas, locais e horários de realização das etapas deste processo seletivo dar-se-á exclusivamente no sítio www.11rm.eb.mil.br.

16.3 Para outras informações relevantes que porventura não constem neste Aviso, o(a) candidato(a) deverá enviar solicitação para o e-mail faleconoscoescpes@11rm.eb.mil.br, informando, obrigatoriamente, os seguintes dados, sob pena de não ter a solicitação atendida:

16.3.1 nome completo;

16.3.2 número do CPF;

16.3.3 número de inscrição do(a) candidato(a) no processo seletivo (obrigatório apenas para os inscritos que já tenham realizado inscrição);

16.3.4 área de Atuação/Habilitação Complementar para a qual está inscrito(a) ou pretende se inscrever (conforme consta no Anexo N deste Edital e na própria Ficha de Inscrição Eletrônica); e

16.3.5 o item ou subitem do Aviso de Convocação, objeto da solicitação de informação.

16.3.6 **Não serão atendidas solicitações por intermédio de ligações telefônicas ou qualquer outro meio que não seja o e-mail [\[faleconoscoescpes@11rm.eb.mil.br\]](mailto:faleconoscoescpes@11rm.eb.mil.br).**

16.3.7 Se o(a) candidato(a) vier a apresentar algum documento em forma de recurso administrativo e/ou requerimento, **fora do prazo**, dos comunicados e/ou avisos publicados no site da 11ª Região Militar (www.11rm.eb.mil.br), estes não serão validados para fins de pontuação pela Comissão de Seleção Especial, **a fim de não ferir o Princípio da Isonomia**, em relação aos(as) demais candidatos(as) que apresentaram dentro do prazo.

16.4 O Serviço Técnico Temporário, prestado sob a forma do Estágio Básico de Sargento Temporário (EBST), e as prorrogações de tempo de serviços subsequentes não poderão ser cumulativos com qualquer cargo, emprego ou função pública, ainda que da administração pública indireta, exceto nos casos previstos na **Constituição Federal de 1988**.

16.5 O EBST inicia-se na data de incorporação, constante do Anexo A, e será realizado nas seguintes condições:

16.5.1 **1ª Fase:** destinada à absorção de conhecimentos militares relativos à Instrução Individual Básica, com duração média de 45 (quarenta e cinco) dias, em organização militar do Exército Brasileiro, a ser designada em data oportuna.

16.5.2 **2ª Fase:** destinada à aplicação de conhecimentos técnico-profissionais e realizada nas Organizações Militares para as quais os(as) estagiários(as) tenham sido convocados(as).

16.6 Em razão da natureza militar da atividade a ser desempenhada pelos convocados(as) e consequente necessidade de capacidade física compatível, não serão reservadas vagas aos possuidores de necessidades especiais, conforme o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

16.7 O(A) militar temporário(a) do Exército poderá participar do processo seletivo. Para isso, deverá realizar a inscrição e, caso seja classificado(a) em todas as fases e venha a ser convocado(a) para incorporação, deverá aguardar o licenciamento *ex officio*, de acordo com a Portaria nº 407-DGP, de 25 de julho de 2022.

16.8 No caso de militares temporários, havendo ou não ascensão hierárquica, a incorporação deverá ocorrer no 1º dia do estágio.

16.9 Os(As) candidatos(as) servidores(as) ou empregados(as) públicos(as) de qualquer dos entes da Administração Pública direta, indireta, autárquica ou fundacional deverão desligar-se dos respectivos órgãos antes da data da incorporação, prevista no Anexo A.

16.10 Não fica assegurado aos(às) militares incorporados(as) o retorno ao emprego anterior quando do seu licenciamento, haja vista a voluntariedade da prestação do Serviço Técnico Temporário.

16.11 Os Sargentos Técnicos Temporários são militares cuja permanência é transitória, portanto não podem adquirir estabilidade.

16.12 Os Sargentos Técnicos Temporários estão sujeitos, no que for aplicável, a todas as leis e regulamentos militares.

16.13 Salvo em caso de desistência, os(as) candidatos(as) que não forem convocados(as) para os Estágios de Serviço Técnico poderão retirar a documentação apresentada, por ocasião da avaliação curricular, no período previsto no Anexo A. Após essa data, os currículos que não forem retirados serão destruídos.

16.14 O(A) candidato(a) que retirar o documento antes da data prevista no Anexo A será excluído(a) da seleção e, no caso de novas convocações, em caráter extraordinário, por decisão do Comando da 11ª Região Militar, não poderá retornar ao processo seletivo.

16.15. A seleção para o Estágio Básico de Sargento Temporário poderá ser revogada a qualquer momento, por conveniência administrativa.

16.16 Quaisquer irregularidades nos documentos apresentados eliminarão o(a) candidato(a) do processo seletivo. Se identificadas posteriormente à incorporação, acarretarão a sua anulação. Assim sendo, verificada a irregularidade, os efeitos da inabilitação retroagirão à inscrição do(a) candidato(a), que não fará jus a nenhum tipo de reparação. Os(As) responsáveis pela irregularidade estarão sujeitos, ainda, às sanções administrativas, cíveis e penais.

16.17 Poderão ocorrer auditorias para corrigir erros ou sanar irregularidades observadas, de maneira extemporânea.

16.18 Poderão ser solicitados documentos extras, reapresentação de originais ou remessa de documentos digitais para dirimir dúvidas sobre o currículo apresentado pelo candidato.

16.19 O prazo de validade deste processo seletivo é até a data imediatamente anterior ao início das inscrições do próximo certame.

16.20 O(A) candidato(a) assume total responsabilidade pela leitura integral e pelo conhecimento pleno deste Aviso de Convocação, bem como pelo acompanhamento das publicações dos resultados e dos comunicados divulgados no sítio: www.11rm.eb.mil.br.

16.21 Para fins de concessão do Adicional de Habilitação, faz-se necessário obedecer às regras previstas na Portaria nº 086/GM-MD, de 22 de setembro de 2020, e na Portaria – C Ex nº 1.443, de 7 de janeiro de 2021.

16.22 Os cursos do sistema de ensino civil não darão direito ao adicional de habilitação, nos moldes da Portaria – C Ex nº 1.443, de 7 de janeiro de 2021.

16.22.1 A despesa decorrente do pagamento do adicional de habilitação aos militares das Forças Armadas para o período do Plano Plurianual deverá obedecer aos limites anuais estabelecidos em ato da Secretária-Geral do Ministério da Defesa.

16.22.2 O monitoramento dos limites caberá ao EME, em coordenação com a SEF.

16.23 Os militares temporários realizarão apenas o curso de formação e estágios equivalentes.

16.24 Em caso de necessidade do serviço, para preencher cargos previstos deficitários, o Cadastro Reserva da 11ª Região Militar poderá ser disponibilizado a outras Regiões Militares.

16.24.1 Em caso de contratação por meio de Cadastro Reserva, conforme previsto no item anterior, o deslocamento do(a) candidato às outras Regiões Militares ocorrerá às suas expensas.

16.24.2 O chamamento para servir em Região Militar diversa da 11ª Região Militar obedecerá o critério de classificação de pontuação geral da área, independente da guarnição.

16.24.3 Caso o(a) candidato(a) de maior pontuação na área não seja voluntário, será chamado o (a) subsequente, obedecendo à ordem classificatória de pontuação.

16.24.4 O chamamento previsto no subitem 16.24.2 ocorrerá por meio de publicação no sítio eletrônico da 11ª Região Militar: www.11rm.eb.mil.br.

16.25 A candidata gestante deverá apresentar, no protocolo da 11ª RM, declaração de próprio punho informando o estado de gravidez, bem como exames que comprovem o período gestacional.

16.26 Em caso de não preenchimento das vagas previstas neste Aviso de Convocação na Incorporação que ocorrerá em 3 de fevereiro de 2025, será publicado, no sítio da 11ª Região

Militar: www.11rm.eb.mil.br, novo cronograma de atividades, com vistas ao preenchimento total das vagas.

16.26.1 Os(As) candidatos(as) não incorporados(as) em 3 de fevereiro de 2025, poderão ser convocados(as) à incorporação até 1º de julho de 2025.

16.27 A convocação à incorporação, por meio de Cadastro Reserva no ano de 2025, estará sujeita às seguintes condições: abertura de vagas, limite orçamentário do Exército Brasileiro e interesse da Administração Pública.

16.28 É vedado aos(as) candidatos(as) vestir ou usar qualquer elemento de propaganda eleitoral nas dependências militares, bem como realizar qualquer tipo de manifestação política, utilizar bandeiras, adesivos, inclusive nos veículos, distribuir material de propaganda eleitoral nas datas previstas para a entrega dos currículos e na realização do Teste Prático, da Inspeção de Saúde, da Inspeção de Saúde em Grau de Recurso e do Exame de Aptidão Física.

16.29 Os casos omissos serão analisados pelo Comandante da 11ª Região Militar e resolvidos com base nas legislações vigentes.

Gen Bda AGNALDO OLIVEIRA SANTOS

Comandante da 11ª Região Militar

RELAÇÃO DE ANEXOS:

ANEXO A – CRONOGRAMA INICIAL DE ATIVIDADES

ANEXO B – DECLARAÇÃO DE VOLUNTARIADO COM COMPROMISSO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO POR UM PERÍODO MÍNIMO DE 12 (DOZE) MESES

ANEXO C – DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO PRESTADO JUNTO ÀS FORÇAS ARMADAS ANTERIOR À INCORPORAÇÃO

ANEXO D – DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

ANEXO E – DECLARAÇÃO DE RESIDENTE EM MUNICÍPIO DIVERSO DA SEDE DA OM DE INCORPORAÇÃO

ANEXO F – DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

ANEXO G – DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO

ANEXO H – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO IMPEDIMENTO PARA COMERCIALIZAR OU TOMAR PARTE NA ADMINISTRAÇÃO OU GERÊNCIA DE SOCIEDADE PRIVADA, DE SER SÓCIO OU PARTICIPAR

ANEXO I – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DA NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO DO ESTADO DE GRAVIDEZ

ANEXO J – PARECER FAVORÁVEL DO COMANDANTE, CHEFE OU DIRETOR EM QUE SERVE PARA PARTICIPAÇÃO EM PROCESSO SELETIVO AO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO

ANEXO K – REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

ANEXO L – FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

ANEXO M – PONTUAÇÃO GERAL DAS DIVERSAS ÁREAS DE INTERESSE

ANEXO N – ÁREAS E HABILITAÇÕES TÉCNICAS DE INTERESSE PARA SELEÇÃO, POR GUARNIÇÃO

ANEXO O – LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

ANEXO A
CRONOGRAMA INICIAL DE ATIVIDADES

ETAPA I			
DATA		EVENTO	OBSERVAÇÃO
1.	8 de Julho de 2024	Divulgação do Processo Seletivo	Veiculação na internet www.11rm.eb.mil.br
2.	11 a 23 de Julho de 2024	Período de Inscrição	Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
3.	11, 12 e 15 de Julho de 2024	Período para entrada com pedido de isenção da taxa de inscrição	Entregue pessoalmente ou por meio de procurador legal no Protocolo Geral da guarnição/cidade para a qual o candidato está concorrendo, nas organizações militares (OM), nos endereços e horários detalhados neste Aviso de Seleção
4.	17 de Julho de 2024	Resultado dos pedidos de isenção da taxa de inscrição	Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
5.	18, 19 e 22 de Julho de 2024	Período para interposição de recurso para o candidato que teve o seu requerimento de isenção da taxa de inscrição indeferido	Entregue pessoalmente ou por meio de procurador legal no Protocolo Geral da guarnição/cidade para a qual o candidato está concorrendo, nas organizações militares (OM), nos endereços e horários detalhados neste Aviso de Seleção
6.	23 de Julho de 2024	Divulgação do resultado dos recursos referentes aos pedidos de isenção da taxa de inscrição indeferidos	Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
7.	25 de Julho de 2024	Limite para pagamento da Taxa de Inscrição, inclusive para os	Nas agências do Banco do Brasil, via GRU gerada pelo sistema

		candidatos que tiveram o pedido de isenção de taxa de inscrição indeferido	
8.	1º de Agosto de 2024	Divulgação das inscrições homologadas	Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
9.	2, 5 e 6 de Agosto de 2024	Período para interposição de recurso referente à inscrição não homologada	Entregue pessoalmente ou por meio de procurador legal no Protocolo Geral da guarnição/cidade para a qual o candidato está concorrendo, nas organizações militares (OM), nos endereços e horários detalhados neste Aviso de Seleção
10.	7 de Agosto de 2024	Divulgação do resultado da análise dos Recursos referentes às Inscrições não homologadas	Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
ETAPA II			
11.	12 de Agosto de 2024	Chamada para Validação da Avaliação Curricular	Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
12.	19 de Agosto a 18 de Setembro de 2024	Período de apresentação da documentação para validação curricular pelos candidatos chamados para a Etapa II. Obs.: outros candidatos poderão ser eventualmente chamados, caso não haja número suficiente de candidatos com currículos validados dentre os chamados nesta Etapa	O candidato deverá entregar pessoalmente, ou por intermédio de procurador legal, munido de instrumento de procuração particular com firma reconhecida em cartório e com o fim específico para inscrição neste certame, os documentos já relacionados no presente aviso de convocação em data, hora e local constantes da chamada para entrega de currículos a ser divulgada no

			endereço eletrônico www.11rm.eb.mil.br
13.	30 de Setembro de 2024	Divulgação do resultado da Validação da Avaliação Curricular	Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
14.	1º, 2 e 3 de Outubro de 2024	Entrada com pedido de Recurso da Validação da Avaliação Curricular	Entregue pessoalmente ou por meio de procurador legal no Protocolo Geral da guarnição/cidade para a qual o candidato está concorrendo, nas organizações militares (OM), nos endereços e horários detalhados neste Aviso de Seleção
15.	11 de Outubro de 2024	Divulgação do resultado da análise do pedido de Recurso da Validação Curricular	Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
ETAPA III			
16	14 de Outubro de 2024	Chamada para a Inspeção de Saúde (IS)	Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
17.	30 de Outubro a 13 de Novembro de 2024	Período de apresentação dos candidatos selecionados para Inspeção de Saúde (IS)	O candidato deverá comparecer pessoalmente, em data, hora e local constantes da chamada para IS divulgada no endereço eletrônico www.11rm.eb.mil.br portando os exames e laudos relacionados previsto no Aviso de Convocação, todos datados de no máximo 01 (um) mês de antecedência do dia previsto para a IS; e Comparecer ao local da IS, trajando roupa de banho por baixo(sunga ou biquíni), a fim de

			permitir a adequada inspeção de saúde.
18.	14 de Novembro de 2024	Divulgação do resultado da IS	Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
19.	18, 21 e 22 de Novembro de 2024	Prazo para entrada de Recursos e de pedidos de Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (ISGR)	Entregue pessoalmente ou por meio de procurador legal no Protocolo Geral da guarnição/cidade para a qual o candidato está concorrendo, nas organizações militares (OM), nos endereços e horários detalhados neste Aviso de Seleção
20.	27 de Novembro de 2024	Divulgação do resultado da análise do pedido de Recurso; e Chamada para a ISGR	Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
21.	2 a 6 de Dezembro de 2024	Realização da ISGR	Na JISR
22.	6 de Dezembro de 2024	Resultado da ISGR	Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
ETAPA IV			
23.	6 de Dezembro de 2024	Chamada dos candidatos selecionados para a ETAPA IV	Pela página da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
24.	9 a 13 de Dezembro de 2024	Exame de Aptidão Física (EAF)	Nos locais designados pela CSE/SvTT na página da 11ª RM
25.	16 de Dezembro de 2024	Divulgação do resultado do EAF	Pela página da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
26.	17, 18 e 19 de Dezembro de 2024	Entrada com pedido de Recurso quanto ao resultado do EAF	Entregue pessoalmente ou por meio de procurador legal no Protocolo-Geral da guarnição/cidade para a qual o candidato está concorrendo, nas organizações militares (OM), nos

			endereços e horários detalhados neste Aviso de Convocação.
27.	26 de Dezembro de 2024	Divulgação do resultado da análise do pedido de Recurso	Pela página da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
28.	20 de Janeiro de 2025	Convocação à Incorporação	Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
29.	27 a 31 de Janeiro de 2025	Medidas administrativas O candidato militar ficará à disposição da OM formadora no turno matutino e à disposição da OM de origem, no turno vespertino.	Na OM responsável pela 1ª Fase do EBST
30.	3 de Fevereiro de 2025	INCORPORAÇÃO E INÍCIO DA 1ª FASE DO ESTÁGIO BÁSICO DE SARGENTO TEMPORÁRIO (EBST)	Na OM responsável pela 1ª Fase do EBST
31.	1º a 29 de Agosto de 2025	Prazo para os candidatos que não forem convocados retirarem os documentos entregues para seleção	Na Seção do Serviço Militar Regional (SSMR/11)

ANEXO B

**DECLARAÇÃO DE VOLUNTARIADO COM COMPROMISSO PARA
PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO POR UM PERÍODO
MÍNIMO DE 12 (DOZE) MESES**

Ao Sr Comandante da 11ª Região Militar

1. Eu, _____ (nome completo), Idt nº _____, CPF nº _____, nascido(a) aos ____ dias do mês de _____ de _____, filho(a) de _____ e de _____,

residindo na cidade de _____ - _____, declaro que sou voluntário(a) para o Estágio do Serviço Técnico, pelo período de um ano, como Sargento, na Guarnição Militar de _____, sujeitando-me, se for aceito(a), a todos os deveres e obrigações militares previstos na legislação em vigor, e conhecedor(a) de que poderei obter, dependendo da existência de vaga, do interesse do Exército, do meu desempenho profissional e aptidão física, prorrogações anuais, não ultrapassando o período de noventa e seis meses, contado, para isso, todo o tempo que tenho de serviço público ou atingir o limite etário de 45 (quarenta e cinco) anos.

2. Declaro, também, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas, ciente da responsabilidade criminal prevista nos artigos 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e artigo 312 (falsidade) do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar (CPM).

3. No caso de ser convocado(a), aceito servir em qualquer organização militar sediada na cidade de _____.

_____ - _____, ____/____/____

Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

ANEXO C

DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO PRESTADO JUNTO ÀS FORÇAS ARMADAS ANTERIOR À INCORPORAÇÃO

1. Eu, _____ (nome completo),
Idt nº _____, CPF nº _____, nascido(a) aos ____ dias do mês
de _____ de _____, filho(a) de _____ e de _____,
declaro, sob as penas da lei, para fim de
comprovação junto à 11ª Região Militar, que, até esta data, possuo _____ anos, _____ meses
e _____ dias de tempo de serviço prestado junto às Forças Armadas, anterior à minha
incorporação, que possa ser averbado na contagem total de meu tempo de serviço.

2. Declaro, também, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas, ciente da responsabilidade criminal prevista nos artigos 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e artigo 312 (falsidade) do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar (CPM).

_____ - _____, ____/____/____

Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

ANEXO D
DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

1. Eu, _____ (nome completo), Idt nº _____, CPF nº _____, nascido(a) aos ____ dias do mês de _____ de _____, filho(a) de _____ e de _____, declaro, como candidato(a) no processo de seleção para o Estágio _____, na área da 11ª Região Militar, residir no endereço _____, cidade _____, UF _____, CEP _____, conforme comprovante juntado a esta declaração.

2. Declaro, também, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas, ciente da responsabilidade criminal prevista nos artigos 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e artigo 312 (falsidade) do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar (CPM).

_____ - _____, ____/____/____

Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

ANEXO E
DECLARAÇÃO DE RESIDENTE EM MUNICÍPIO DIVERSO DA SEDE DA OM DE
INCORPORAÇÃO

Eu, _____ (nome completo), Idt nº _____, CPF nº _____, nascido(a) aos ___ dias do mês de _____ de _____, filho(a) de _____ e de _____, declaro, como candidato(a) no processo de seleção para o Estágio _____, na área da 11ª Região Militar, assumir inteira responsabilidade em mudar de residência, por conta própria, para a cidade de _____ – _____ (UF), caso venha a ser convocado(a), sem qualquer ônus para o Exército.

_____ - _____, ____/____/____

Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

ANEXO F

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

Eu, _____, residente na _____, possuidor da cédula de Identidade nº _____, declaro, sob as penas da Lei, para fins da administração militar, estar ciente dos artigos 311, 312 e 315 do Código Penal Militar, Decreto Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, e sob minha e total responsabilidade, de que todos os documentos apresentados, para efeito deste Aviso de Convocação, são autênticos.

_____ - _____, ____/____/____

Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

Código Penal Militar, Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969.

Artigo 311 – Falsificar, no todo ou em parte, documento público ou particular, ou alterar documento verdadeiro, desde que o fato atente contra a administração ou serviço militar – Pena sendo documento público, reclusão de dois a seis anos; sendo documento particular pena de até cinco anos, podendo ser agravada.

Artigo 312 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou adversa da que devia ser escrita, com fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante, desde que o fato atente contra a administração ou o serviço militar – Pena reclusão, até cinco anos se o documento é público; até três anos se o documento é particular.

Artigo 315 – Fazer uso de qualquer dos documentos falsificados ou alterados por outrem, a que se referem os artigos anteriores – Pena cominada à falsificação ou a alteração.

ANEXO G

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO

1. Eu, _____ (nome completo), Idt nº _____, CPF nº _____, nascido(a) aos ____ dias do mês de _____ de _____, filho(a) de _____ e de _____, declaro, sob as penas da lei, para fim de comprovação junto à 11ª Região Militar, que não estarei, na data prevista para a minha incorporação ao Exército, caso esta ocorra, investido(a) em cargo público, seja ele da administração direta, indireta, autárquica ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal, dos territórios ou dos municípios, ressalvado cargo ou emprego privativo de profissional de saúde, dentro do limite previsto na alínea c) do inciso XVI do artigos 37 da Constituição Federal.

2. Tenho plena ciência de que, caso após incorporado(a) ao Exército Brasileiro venha a exercer qualquer função pública acima especificada, simultaneamente à que ora pleiteio, em desacordo com o previsto na alínea c) do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal, serei licenciado(a) imediatamente das fileiras do Exército, por ferir o disposto no artigo 142, § 3º, inciso II, da Constituição Federal.

3. Declaro, também, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas, ciente da responsabilidade criminal prevista nos artigos 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e artigo 312 (falsidade) do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar (CPM).

_____ - _____, ____/____/____

Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

ANEXO H

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO IMPEDIMENTO PARA COMERCIALIZAR OU TOMAR PARTE NA ADMINISTRAÇÃO OU GERÊNCIA DE SOCIEDADE PRIVADA, DELA SER SÓCIO OU PARTICIPAR

1. Eu, _____ (nome completo), Idt nº _____, CPF nº _____, nascido(a) aos ___ dias do mês de _____ de _____, filho(a) de _____ e de _____, estou ciente de, que, após ser incorporado às fileiras do Exército, estou impedido de comercializar ou tomar parte na administração ou gerência de sociedade ou dela ser sócio ou participar, exceto como acionista ou quotista, em sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada, por força do previsto no artigo 29 do Estatuto dos Militares, Lei nº 6.880, de 9 de Dezembro de 1980.

_____ - _____, ____/____/____

Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DA NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO DO ESTADO DE GRAVIDEZ

Eu, _____ (nome completo),
Idt nº _____, CPF nº _____, nascida aos ____ dias do mês de _____
de _____, filha de _____ e de _____,
_____, declaro, para efeito do processo
de seleção ao Estágio _____, que fui alertada e tomei ciência de
que:

a. o estado de gravidez não impossibilita a minha participação nesse processo, entretanto impede a incorporação para o estágio acima, em virtude dos riscos decorrentes do exame de aptidão física e das atividades militares a serem desenvolvidas, posteriormente, na prestação do Serviço Militar Temporário; e

b. sou responsável por comunicar, o mais rápido possível, **e por escrito**, o meu estado de gravidez à autoridade militar competente.

_____ - _____, ____/____/_____
Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

ANEXO J

PARECER FAVORÁVEL DO COMANDANTE, CHEFE OU DIRETOR EM QUE SERVE PARA PARTICIPAÇÃO EM PROCESSO SELETIVO AO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO

1. Declaro, junto ao Comando da 11ª Região Militar, que o(a) _____
(posto/graduação) _____ (nome completo), Idt nº _____, CPF nº _____, nascido(a) aos _____ dias do mês de _____ de _____, filho(a) de _____ e de _____, ocupa o cargo de _____ e não possui em seus assentamentos nada que desabone a sua conduta militar e que, por isso, possui parecer favorável deste Comando para participação no processo de seleção/20__ ao Estágio _____.

2. Em caso de incorporação, este (a) militar, prioritariamente, não deve retornar para servir nesta organização militar. Caso seja autorizado pelo Comando da 11ª Região Militar, em caráter excepcional, o seu retorno, o(a)militar não poderá voltar a ocupar a mesma carteira, nem desempenhar as mesmas atividades técnico-científicas que desempenhava no posto anterior.

3. Na semana que antecede à incorporação, este(a) militar cumprirá medidas administrativas na OM formadora, no turno matutino e nesta organização militar, no turno vespertino.

4. Insta ressaltar ainda que, devido à incompatibilidade de datas entre o resultado do edital e a convocação de outro militar, a vaga aberta em decorrência da incorporação deste (a) militar em posto superior, somente será recompletada por meio do processo seletivo do ano seguinte.

_____, _____, ____/____/____

Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Assinatura do Cmt/Ch/Dir OM)

Nome e posto do Cmt/Ch/Dir OM

(e Carimbo da OM)

ANEXO K

REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Exmo Sr Comandante da 11ª Região Militar

OBJETO: isenção da taxa de inscrição

Sr Comandante

1. Eu _____, filho de _____ e _____, nascido na cidade de _____, em _____ (por extenso), identidade nº _____, expedida pelo _____, vem requerer a V Exa isenção da taxa de inscrição do processo seletivo para o Serviço Técnico Temporário no ano de 20__.

2. Declaro, sob as penas da lei, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas, ciente da responsabilidade criminal prevista nos artigos 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e artigo 312 (falsidade) do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar (CPM).

3. No caso de ser convocado(a), aceito servir em qualquer organização militar sediada na cidade de _____.

_____ - _____, ____/____/____

Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

ANEXO M

PONTUAÇÃO GERAL DAS DIVERSAS ÁREAS DE ATUAÇÃO – STT

Habilitação mínima exigida:	
Curso Técnico constante no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação, que tenha relação direta com o Curso Técnico para o qual o(a) candidato(a) se inscreveu.	
Títulos/Cursos/Estágios Militares/Publicações/Atividade Profissional	
1. Títulos (cada diploma/certificado só será pontuado uma única vez, mesmo que cadastrado em campos distintos)	Pontuação Atribuída
a. Doutor. Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> (no máximo 1 título de Doutor)	
Diploma emitido por Instituição de Ensino Superior reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC	6,0
b. Mestre. Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> (no máximo 1 título de Mestre)	
Diploma emitido por Instituição de Ensino Superior reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC	4,0
c. Especialização/MBA/Residência (mínimo de 360 horas). Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> (no máximo 1 título de Especialização/MBA realizado em instituição de ensino cadastrado no e-mec).	
Certificado emitido por Instituição de Ensino Superior reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC	2,0
d. Graduação em curso de Nível Superior na área para a qual o(a) candidato(a) se inscreveu (no máximo 1 Diploma)	
Diploma emitido por Instituição de Ensino Superior reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC	3,0
e. Curso Técnico de Nível Médio para o qual está se inscrevendo (no máximo 1 Diploma) (este Diploma só terá validade e receberá pontuação se o(a) candidato(a) comprovar a conclusão do Ensino Médio)	
Diploma emitido por Instituição de Ensino	1,0
f. Certificado de conclusão do Ensino Médio (no máximo 1 Certificado)	

Certificado emitido por Instituição de Ensino reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC	1,0
2. Cursos (que tenham relação direta com a Graduação)	
<p>– Para se atingir a carga horária mínima exigida, não será possível o acúmulo de pontuação com outros certificados/diplomas.</p> <p>– Cada diploma/certificado só será pontuado uma única vez, mesmo que cadastrado em campos distintos.</p>	
Cursos de aperfeiçoamento (cursos com carga horária de, no mínimo, 120 horas (máximo de 1 curso)	0,5
3. Exercício da atividade profissional e atividade de ensino no meio militar, como militar	
O cálculo será feito por dia trabalhado, utilizando-se 03 (três) casas decimais.	0,007 para cada dia trabalhado
4. Exercício da atividade profissional e atividade de ensino no meio civil	
O cálculo será feito por dia trabalhado, utilizando-se 03 (três) casas decimais.	0,006 para cada dia trabalhado

ANEXO N**ÁREAS E HABILITAÇÕES TÉCNICAS DE INTERESSE PARA SELEÇÃO, POR GUARNIÇÃO**

Para o Estágio Básico de Sargento Temporário (EBST), poderão cadastrar-se militares temporários da ativa (praças), reservistas de 1ª e 2ª categorias, cidadãos dispensados de prestar o Serviço Militar Inicial (possuidores de Certificado de Dispensa de Incorporação – CDI) e mulheres, todos(as) voluntários(as), possuidores(as) de Diploma de Nível Médio e Curso Técnico, nas áreas abaixo descritas:

GUARNIÇÃO	ÁREA TÉCNICA	CURSO DE NÍVEL TÉCNICO OBRIGATÓRIO	HABILITAÇÃO COMPLEMENTAR /ADICIONAL	Nº DE VAGAS + CADASTRO RESERVA
Brasília – DF	Administração	Técnico em Administração	-	1 + CR
	Análises clínicas	Técnico em Análises Clínicas	-	1 + CR
	Comunicação Social - Produção de Áudio e Vídeo	Técnico Produção de Áudio e Vídeo	-	1 + CR
	Comunicação Social - Multimídia	Técnico em Multimídia	-	1 + CR
	Contabilidade	Técnico em Contabilidade	-	1 + CR
	Controle Ambiental	Técnico em Controle Ambiental	-	1 + CR
	Edificações	Técnico em Edificações	-	1 + CR
	Eletrônica	Técnico em Eletrônica	-	1 + CR
	Eletroeletrônica	Técnico em Eletroeletrônica	-	1 + CR
	Enfermagem	Técnico em Enfermagem	-	1 + CR
	Farmácia	Técnico em Farmácia	-	1 + CR
	Infraestrutura Escolar	Técnico em Infraestrutura	-	1 + CR

		Escolar		
	Logística	Técnico em Logística	-	1 + CR
	Mecânica Automotiva	Técnico em Mecânica Automotiva	-	1 + CR
	Prótese Dentária	Técnico em Prótese Dentária	-	1 + CR
	Radiologia	Técnico em Radiologia	-	1 + CR
	Topografia	Técnico em Topografia	-	1 + CR
Goiânia – GO	Administração	Técnico em Administração	-	1 + CR
	Contabilidade	Técnico em Contabilidade	-	1 + CR
	Enfermagem	Técnico em Enfermagem	-	1 + CR
Formosa – GO	Enfermagem	Técnico em Enfermagem	-	1 + CR
	Mecânica Automotiva	Técnico em Mecânica Automotiva	-	1 + CR
Jataí – GO	Contabilidade	Técnico em Contabilidade	-	1 + CR
	Administração	Técnico em Administração	-	1 + CR
	Enfermagem	Técnico em Enfermagem	-	1 + CR
	Mecânica Automotiva	Técnico em Mecânica Automotiva	-	1 + CR
Araguari – MG	Zootecnia	Técnico em Zootecnia	-	1 + CR
	Enfermagem	Técnico em Enfermagem	-	1 + CR
	Comunicação Social	Técnico em Multimídia	-	1 + CR
		Técnico em Produção de Áudio e Vídeo	-	1 + CR
		Técnico em	-	1 + CR

		Publicidade		
		Técnico em Rádio e Televisão	-	1 + CR
Palmas – TO	Edificações	Técnico em Edificações	-	1 + CR
Cristalina – GO	Administração	Técnico em Administração	-	1 + CR
	Enfermagem	Técnico em Enfermagem	-	1 + CR
Uberlândia – MG	Administração	Técnico em Administração	-	1 + CR
	Contabilidade	Técnico em Contabilidade	-	1 + CR
	Enfermagem	Técnico em Enfermagem	-	1 + CR

Observações:

– As áreas são definidas conforme a Portaria nº 171-DGP, de 8 de julho de 2009 (Áreas e Habilitações Técnicas de Interesse do Exército Destinadas a Oficiais e Sargentos do Serviço Técnico Temporário – SvTT); e

– Na ausência do Curso Técnico, o(a) candidato(a) poderá apresentar o Diploma de Nível Superior desde que tenha relação direta com o Curso Técnico para o(a) qual(a) candidato(o) concorre ou pretende concorrer, desde que apresente a grade curricular/histórico.

– Para os(as) candidatos(as) a cargos que exigem qualificação regulamentada por lei, é obrigatório o Registro no respectivo ou Ordem de Profissionais, se houver e for exigido.

– Quando houver a necessidade de comprovação do registro profissional junto ao Conselho de Profissionais, será obrigatória a comprovação de regularidade junto ao respectivo Conselho Profissional ou Ordem (quando houver e for exigido), em condição de legitimidade para o exercício da profissão, incluindo a correspondente habilitação ao exercício da profissão na especialidade a que concorrer, visando a impedir a incorporação de profissional que esteja com a sua habilitação suspensa ou cassada.

– Será obrigatório no ato da incorporação, comprovar inscrição e regularidade junto ao órgão de classe do respectivo estado/Distrito Federal, de onde ocorrerá a incorporação.

– O Cadastro de Reserva não garante a incorporação e estará sujeito às seguintes condições:

a) abertura/disponibilidade de vagas;

b) limite orçamentário do Exército Brasileiro e

c) interesse da Administração Pública.

ANEXO O
LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

1	Ficha de Inscrição Eletrônica impressa após a inscrição realizada no endereço eletrônico www.11rm.eb.mil.br .
2	Cópia do Currículo do (a) candidato (a) disponível na Plataforma Lattes
3	Procuração com firma reconhecida em cartório, caso não seja possível o comparecimento pessoal do(a) candidato(a) no local e data previstos para a entrega de documentos para a Avaliação Curricular.
4	Original do comprovante de pagamento da taxa de inscrição, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, dentro do prazo-limite constante do Anexo A, caso não esteja isento(a) do pagamento da referida taxa.
5	Cópia do Diploma ou Certidão de Conclusão de Ensino Médio, Técnico ou de Nível Superior acompanhado, obrigatoriamente do histórico escolar, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), referente à habilitação exigida para o cargo a que se candidate.
6	Cópia do(s) Diploma(s) e/ou Certificado de Pós-graduação acompanhado do histórico escolar, reconhecido pelo MEC, dentro da área que o candidato postula.
7	Cópia da Carteira e do Registro ativo no respectivo Conselho ou Ordem de ativos em entidades profissionais de classe, obrigatoriamente acompanhado da Certidão de Regularidade.
8	Cópia da(s) Declaração ou Certidão (na ausência momentânea do Diploma ou Certificado de conclusão de curso, e dentro da área que o candidato postula) emitida pela Instituição de ensino. Cursos e/ou Certificações Complementares da área.
9	Cópia de comprovação da experiência profissional ou atividades na área de ensino. (se houver)
10	Cópia do Extrato do INSS.
11	Cópia dos assentamentos militares (folha de alterações ou histórico militar) correspondentes ao tempo total de serviço militar anteriormente prestado (candidatos militares da ativa e da reserva).
12	Cópia da Carta Patente (para candidatos do sexo masc. e fem. que já serviram como oficiais); ou da Certidão de Situação Militar (para candidatos do sexo masc. e fem. que já serviram como oficiais); ou do Certificado de Reservista (para candidatos do sexo masc. que já serviram como praças); ou do Certificado de Dispensa de Incorporação (para candidatos do sexo masc. que foram dispensados do Serviço Militar Obrigatório).
13	Declaração de Voluntariado e Compromisso para Prestação do Serviço Militar Temporário por um período mínimo de doze meses. ANEXO B
14	Declaração de Tempo de Serviço Público Anterior Junto às Forças Armadas Anterior à Incorporação. ANEXO C

15	Declaração de Residência. ANEXO D
16	Declaração de Residente em Município Diverso da Sede da OM de Incorporação. ANEXO E. Se for o caso
17	Cópia do Comprovante de Residência. Cópia e/ou Original
18	Declaração de Veracidade dos Documentos Apresentados. ANEXO F
19	Declaração Negativa de Investidura em Cargo Público. ANEXO G
20	Declaração de Ciência do Impedimento para comerciar ou tomar parte de Administração ou Gerência de Sociedade Privada, dela Ser Sócio ou participar. ANEXO H
21	Declaração de Ciência da Necessidade de Informação do Estado de Gravidez. ANEXO I apenas para candidatas do segmento feminino.
22	Parecer do Comandante da Organização Militar em que serve. ANEXO J. (apenas para candidatos militares). (Assinada pelo Comandante da OM, com carimbo da OM ou “Marca D'água”)
23	Certidão de Quitação Eleitoral (www.tse.jus.br). Pelo Site do Tribunal Superior Eleitoral ou emitida diretamente em Órgão Eleitoral)
24	Certidão negativa criminal da Justiça Federal (www.trf1.jus.br) <i>Site do Justiça Federal onde residiu nos últimos 5 anos.</i>
25	Certidão negativa da Justiça Estadual/Distrital Criminal, onde residiu nos últimos 5 (cinco) anos . Caso candidato seja do DF: OBRIGATORIAMENTE pelo (www.tjdft.jus.br). Caso contrário: obter pelo site da Justiça Estadual, da cidade onde residiu.
26	Certidão negativa criminal militar. (www.stm.jus.br) pelo site do Superior Tribunal Militar.
27	Cópia da Carteira de Identidade (candidato civil). (ou outro doc. de órgão oficial, c/ foto - ex: CNH)
28	Cópia da Carteira de Identidade Militar. (obrigatório para candidato militar)
29	Cópia do CPF. (ou outro doc. de órgão oficial, c/ foto – ex: CNH)
30	Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.
31	Cópia da Certidão de Nascimento dos dependentes (se for o caso).